

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU MESTRADO EM ESTUDOS CULTURAIS
CAMPUS DE AQUIDAUANA**

JANETE ANDRADE DE LIMA

**A PRESENÇA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NO IFMS/CAMPUS DE
AQUIDAUANA**

AQUIDAUANA/MS
2023

JANETE ANDRADE DE LIMA

**A PRESENÇA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NO IFMS/CAMPUS DE
AQUIDAUANA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para a obtenção do título de Mestra em Estudos Culturais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Ferreira Vargas.

AQUIDAUANA/MS
2023

**A PRESENÇA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NO IFMS/CAMPUS DE
AQUIDAUANA**

O presente trabalho de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta
pelos seguintes membros:

Prof^ª. Dr^ª. Vera Lúcia Ferreira Vargas (Presidente)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Prof^ª. Dr^ª. Iara Quelho de Castro (Membro Titular)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Prof^ª. Dr^ª. Nôemia dos Santos Pereira Moura (Membro Titular)
UNIVERSIDADE GRANDE DOURADOS - UFGD

AGRADECIMENTOS

A finalização de um curso de mestrado é um momento em que nos deparamos com uma turbulência de sentimentos, como a sensação de incapacidade, de não ter feito tudo perfeito, aflição, solidão, choro, desespero, enfim, sentimentos que nos acompanham na jornada da Pós-Graduação strictu sensu. Porém, não posso deixar de reconhecer que durante esta jornada do curso contei com a colaboração e apoio de muitas pessoas e porque não até chamá-las de “anjos”, sem as quais não conseguiria chegar até a conclusão deste sonho.

Primeiramente agradeço a Deus, meu Pai, de tê-lo sempre presente em minha vida, por suavizar os momentos de angústia trazendo o acalento nas horas de aflições, fortalecendo-me para persistir diante das dificuldades e nas horas incertas, que foram tão presentes no percurso e na finalização deste trabalho.

Aos meus pais que são minha base de tudo o que sou, pelo apoio incondicional que sempre me ofereceram, pelas palavras de incentivo, por entenderem as tantas vezes que estive ausente, pelas orações que não foram poucas, rrsrs. Eu amo vocês!

À minha família, meus irmãos Gilmar, Sandra e José Patrício Júnior, minhas cunhadas Divani e Janaína e os sobrinhos Gabriel, Arianny e Vitor, vocês são minha estrutura, eu amo vocês incondicionalmente, obrigada por estarem sempre presentes e que mesmo sem saberem ou entenderem, vocês contribuem com a minha jornada por aqui.

As minhas filhas por mesmo sem entenderem minha ausência, minha falta de humor constante e a minha chatice por tantas vezes, puderam me acompanhar nesta jornada e perceberem que nem sempre os nossos objetivos serão fáceis de alcançar e muitas vezes teremos que nos abdicar de muitas coisas para alcançá-los. Saibam que sempre o que faço é por nós três, vocês são meu incentivo, o combustível que me alimenta a prosseguir. Obrigada por me escolherem como mãe. Amo vocês Estela e Mariana!

À minha orientadora Vera, que foi muito mais que uma orientadora, me ouviu, foi minha conselheira em tantos momentos, me amparou quando eu achei que não conseguiria, sempre tinha uma palavra incentivadora, nunca desistiu de mim, mesmo tendo esta opção, sou muito grata por ter você em minha vida, um verdadeiro anjo, obrigada por tanto!

A banca, composta pelas queridas professoras Nôemia e Iara, agradeço por aceitarem compor minha banca e contribuírem com as sugestões para melhorar esta pesquisa, obrigada!

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pelo apoio juntamente com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) e o financiamento concedido para realização desta pesquisa.

Aos professores(as) do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em especial aos da linha de pesquisa Diferenças e Alteridades, Miguel Rodrigues de Sousa Neto, Iára Quelho de Castro, Tiago Duque, Murilo Sebe Bon Meihy, Marcelo Victor da Rosa, Aguinaldo Rodrigues Gomes, Guilherme Rodrigues Passamani que contribuíram com momentos tão valiosos nas discussões das disciplinas do mestrado e que contribuíram muito para o meu crescimento e amadurecimento como acadêmica e ser humano.

Ao secretário do PPGCULT, Geovandir, pela paciência, disposição em sempre atender, tirar dúvidas e orientar sempre que fosse preciso, meu muito obrigada!

Ao coordenador do curso Prof^o. Miguel Rodrigues de Sousa Neto sempre prestativo em nos responder e nos orientar quanto ao programa ou o que fosse necessário para contribuir para o nosso aprendizado enquanto pesquisadores.

Às amigas que o mestrado e o IFMS me proporcionaram: Carla Drielly, Lise Jones e Sandra da Silva, obrigada pelas partilhas de aprendizagem, angústias e alegrias. Vocês são muito especiais na minha vida.

Aos gestores do IFMS campus Aquidauana, em especial a Diretora Prof.^a Hilda Romero e aos colegas do Núcleo de Gestão Administrativa Educacional – NUGED, Debora, Andrea, Marcelo, Evelyn e Dilce, que de uma maneira ou outra organizaram o núcleo, se desdobraram nas atividades para que eu tivesse direito em usufruir do afastamento integral, o meu muito obrigada!

Às minhas amigas nuggedianas (algumas não são mais do NUGED, mas uma vez nuggediana, sempre NUGED) Camila Arndt, Andrea Eduardo, Evelyn Maeda, Caroline Hardoim, Layla Oliveira e Carla Silva muito obrigada pelo apoio, pelos momentos de partilhas das dúvidas, alegrias e angústias (que não foram poucos, rsrs) pelo incentivo de vocês, tenham certeza que vocês contribuíram e muito para a realização desse sonho, vocês sempre foram minha inspiração!

A minha amiga e porque não dizer irmã de coração, Debora Garcia, que ao longo destes doze anos de IF foi muito mais que uma amiga, tornou-se parte da minha família, sou grata pela tua vida e por sempre estar presente na minha vida e das minhas filhas. Palavras para agradecer não existem, o teu gesto de solidariedade e humanidade para comigo para que eu pudesse concluir com êxito esta pesquisa. Eu te amo minha amiga!

A minha amiga Ana Carla que por tantas vezes me acalmou com palavras de conforto e me tirou dos dias nublados para diversão e que foi tão essencial em minha vida nos dias em que achei que não daria conta, obrigada pela amizade e parceria de sempre!

Aos estudantes indígenas e seus responsáveis que contribuíram para que esta pesquisa fosse realizada, gratidão!

A todos e a todas que de alguma forma contribuíram para que esta dissertação fosse concluída.

RESUMO

Esta dissertação busca refletir sobre a presença dos estudantes indígenas Terena no Instituto Federal – Campus Aquidauana/ MS. Os objetivos são compreender e constatar a permanência dos estudantes indígenas nos cursos de Ensino Médio Integrado de Edificações e Informática do IFMS, campus Aquidauana. Identificando as motivações e os contextos vivenciados pelos estudantes indígenas para sua permanência e conclusão nos cursos de Ensino Médio Integrado do IFMS/ campus Aquidauana. A metodologia da pesquisa utilizada consiste em pesquisa qualitativa bibliográfica e quantitativa, utilizamos como principais suportes teóricos para este trabalho Mülling (2018); Cardoso (2004); Luciano (2006, 2017). Os procedimentos metodológicos utilizados foram levantamento bibliográfico sobre o contexto social, histórico e educacional da população indígena terena, bem como as especificidades do ensino integrado de nível médio dos IFs, aplicação do questionário e roda de conversa com os estudantes indígenas. Dos 27 estudantes matriculados nos cursos de Ensino Médio, 9 aceitaram participar da pesquisa, as respostas constam no transcrito do texto. Constatou-se que o transporte escolar e a interação entre outros estudantes são fatores que contribuem para a convivência, diálogo e formação dos estudantes indígenas dentro do IFMS/ campus Aquidauana, mas que também podem ser fatores que contribuam para a evasão dos estudantes indígenas.

Palavras-chave: Estudante Indígena; Institutos Federais; Permanência; Estudos Culturais.

ABSTRACT

This dissertation aims to reflect on the presence of Terena indigenous students in Instituto Federal – Campus Aquidauana/MS. The objectives are to understand and identify the permanence of indigenous students in the following courses offered by IFMS Campus Aquidauana: Ensino Médio Integrado de Edificações and Informática. Therefore, by identifying the motivations and the contexts experienced by the indigenous students for their permanence and completion of courses from the integrated high school system by IFMS/Campus Aquidauana. As for the research methodology, it consists of qualitative bibliographic and quantitative research and the main theoretical contributions were based on Mülling (2018); Cardoso (2004); Luciano (2006, 2017). Regarding the methodological procedures, they were based on bibliographic survey on the social, historical and educational context of the Terena indigenous population. Besides, peculiarities of the integrated high school system offered by IFs as well as questionnaire application and dialogue circles with indigenous students were part of the methodological procedures. Nine out of twenty-seven students enrolled in the high school courses agreed to participate in the research and the answers appear along the text. It was verified that school transportation and interaction among other students are factors that contribute to the coexistence, dialogue and educational journey of indigenous students in IFMS/Campus Aquidauana. On the other hand, it was also verified that the same aforementioned factors may somehow contribute to the dropout of such students.

Keywords: Indigenous Student; Institutos Federais; Permanence; Cultural studies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Aldeamento Piranhinha	21
Figura 2 Fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT.....	35
Figura 3 Mapeamento da área de abrangência do IFMS/ Campus Aquidauana com os estudantes indígenas.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Questão 1	52
Tabela 2 – Questão 2.....	53
Tabela 3 – Questão 3.....	55
Tabela 4 – Questão 4.....	55
Tabela 5 – Questão 5.....	56
Tabela 6- Questão 6.....	57
Tabela 7- Questão 7.....	58
Tabela 8 - Questão 8.....	59
Tabela 9 - Questão 9.....	59
Tabela 10 - Questão 10.....	60
Tabela 11 - Questão 11.....	62
Tabela 12 - Questão 12.....	63
Tabela 13 - Questão 13.....	64
Tabela 14 – Questão 14.....	65
Tabela 15 - Questão 15.....	65
Tabela 16 - Questão 16.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Marcos legais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	30
Quadro 2 – Cursos ofertados no campus Aquidauana.....	36
Quadro 3 – Matrículas de estudantes indígenas nos cursos técnicos de nível médio IFMS/AQ, de 2014 a 2022.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas

IFMS – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

NUGED – Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional

CEP - Conselho de Ética de Pesquisa

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SPI - Serviço de Proteção aos Índios

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1- Educação Indígena: contextualização da Educação para os indígenas, da Educação Indígena e da Educação Profissional.....	16
1.1 Levantamento das Produções Acadêmicas referentes ao tema.....	16
1.2 Contextualização da Educação para os Indígenas, da Educação Indígena da Educação Profissional	17
CAPÍTULO 2 – O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, Políticas de ações afirmativas.....	30
2.1 A experiência do IFMS Campus Aquidauana	36
CAPÍTULO 3 – Relatos de vivências dos estudantes indígenas.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	71
ANEXO 1 – Questionário e roteiro de roda de conversa.....	77
ANEXO 2 – Termo de consentimento Livre e Esclarecido	82
ANEXO 3 – Parecer consubstanciado CONEP.....	84

INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida está vinculada a Linha de Pesquisa Diferenças e Alteridades do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul PPGCULT/CPAQ.

Esta dissertação busca refletir sobre a presença dos estudantes indígenas Terena no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - Campus Aquidauana, compreender e constatar a permanência dos estudantes indígenas, buscando identificar os contextos vivenciados pelos estudantes nos cursos de Ensino Médio Integrado de Edificações e Informática do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul/ campus Aquidauana para se adaptarem à cultura escolar e ao cotidiano da instituição. O meu contato com os estudantes indígenas do IFMS se dá enquanto pedagoga no IFMS – Campus Aquidauana, sou vinculada no Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional - NUGED.

A centralidade da presente análise corresponde às formas de acesso e permanência dos estudantes indígenas que têm buscado pela Educação Profissional na Rede Federal de Mato Grosso do Sul no campus de Aquidauana, realizamos o levantamento das matrículas dos estudantes indígenas no campus de Aquidauana por meio do Questionário Socioeconômico do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul que compõem o banco de dados da instituição. Esse mapeamento demonstrou outras informações como o lugar de residência dos estudantes apontando como maior proximidade para o campus Aquidauana, a Terra Indígena de Taunay Ipegue, composta por sete aldeias: Ipegue, Bananal, Água Branca, Lagoinha, Imbirussu, Morrinho e Colônia Nova e a Terra Indígena Limão verde, formada pelas aldeias: Limão Verde, Córrego Seco e Buritizinho (Eloy Amado, 2020, p. 16, 17 e 21) e no município vizinho de Anastácio a comunidade indígena Aldeinha, como demonstrado no mapa do capítulo 2. Para além, dessas informações constam que existe um número significativo de estudantes indígenas que residem em bairros das cidades de Anastácio e Aquidauana, fora de suas aldeias de origem.

A pesquisa foi submetida e aprovada no Conselho de Ética de Pesquisa/CEP e na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/CONEP, conforme parecer em anexo.

A dissertação encontra-se organizada em três capítulos, o primeiro capítulo contextualiza as relações entre educação para os povos indígenas, especialmente a relação entre o povo Terena e a educação, perpassando o contexto do SPI, que entre as suas ações já constava o da educação como uma forma de levar a “civilidade”, aos indígenas por meio das

escolas estabelecidas pelo SPI, depois com a FUNAI, onde as escolas técnicas, principalmente vinculadas com a agricultura foram meios encontrados pelo Estado brasileiro para garantir a “civilidade” e a mão de obra especializada indígena.

O segundo capítulo tem por objetivo contextualizar a implementação dos IF no Brasil, principalmente do IFMS/Aquidauana, pois é o local de nossa pesquisa, demonstrando as formas de acesso, políticas públicas e as políticas de permanências existentes no IFMS, para os estudantes indígenas da região.

O terceiro capítulo discorre sobre as relações estabelecidas entre os estudantes indígenas no IFMS, o levantamento foi feito por meio da aplicação do questionários, das entrevistas tendo por base o recurso da roda de conversa, e assim validar as suas ações e práticas realizadas e desenvolvidas por eles, tendo por base a interculturalidade no sentido estabelecido por Gersem Luciano Baniwa (2017), através de duas perspectivas, a primeira em “abrir caminhos para o reconhecimento e reposição dos sujeitos colonizados, subalternizados, subjugados, silenciados, dominados e alijados de suas autonomias societárias e cosmológicas” (p. 13), optando por um lugar de “diálogo menos desigual, menos assimétrico e menos hierarquizado intra e extra aldeia/escola” (p. 13). A segunda perspectiva é a “interculturalidade como promessa de diálogo discursivo, ideológico e ainda colonizador.” (p. 13), aqui a abordagem de interculturalidade é utilizada para “amenizar os efeitos da colonialidade” que foi consubstanciada pelas práticas de exclusão, que segundo Gersem Luciano Baniwa (2017) esta segunda perspectiva é

[...] a continuidade do colonialismo racista, na medida em que confunde, manipula, desarma e desempodera os sujeitos colonizados para se acomodarem diante do processo colonizador, muitas vezes culpando o próprio colonizado de seus fracassos e justificando a necessidade de sua colonização como generosidade do colonizador. (Luciano, 2017, p. 13)

A escola intercultural indígena tem buscado promover a autonomia dos sujeitos indígenas para que ocorra um diálogo menos desigual e optado em despertar caminhos que conduzam para o “reconhecimento e reposição dos sujeitos subalternizados” (Luciano, 2017, p. 13).

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO INDÍGENA: CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA OS INDÍGENAS, DA EDUCAÇÃO INDÍGENA E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Este capítulo tem por objetivo contextualizar o processo de educação escolar para os povos indígenas, especificamente voltado para os Terena, no Mato Grosso do Sul.

1.1 Levantamento das Produções Acadêmicas referentes ao tema

De acordo com Bergamaschi (2012), existem no Banco da Capes, entre os anos de 2001 a 2009, 179 pesquisas realizadas no Brasil, sendo 135 dissertações de Mestrado e 44 de Doutorado, a pesquisa realizada utilizou-se da palavra-chave “educação indígena”. Dentre essas pesquisas, 128 pertencem a área da educação, sendo 29 teses e 99 dissertações, as demais pesquisas subdividem-se entre outras áreas, como a Educação, Antropologia e Linguística.

Bergamaschi (2012) destaca que,

Essa crescente procura pelo tema acompanha também o aumento do número de escolas em Terras Indígenas que ocorreu no Brasil nos últimos tempos. Embora a maioria das escolas ainda ofereça apenas o Ensino Fundamental incompleto, em 2009 o censo escolar constatou 2.550 escolas indígenas distribuídas por todo o território nacional, em contraste com as 1.392 escolas indígenas que o Ministério da Educação registrou em 2002, evidenciando, portanto, a duplicação das escolas indígenas em menos de uma década, fato significativo e que, em parte, explica o crescente volume de pesquisa sobre o assunto. (Bergamaschi, 2012, p. 9)

Portanto foi somente após o ano de 2004 que se estabelece as Políticas Públicas (PROUNI¹, PROLIND² e em 2012 a Lei de Cotas³) voltadas para o acesso dos indígenas ao

¹ PROUNI: Programa Universidade para Todos foi criado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos.

² PROLIND: programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica. Com o edital de convocação nº 3, de 24 de junho de 2008, estimulou o desenvolvimento de projetos de curso na área das Licenciaturas Interculturais em instituições de ensino superior públicas federais e estaduais. O objetivo é formar professores para a docência no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental das comunidades indígenas

³ Lei que dispõe sobre o ingresso nas instituições públicas federais, aprovada no governo da presidente Dilma Roussef, em 2012.

Ensino Superior, favorecendo a proximidade dos povos indígenas junto às universidades, antes disso o ingresso era feito através das parcerias estabelecidas entre FUNAI e Instituições de Ensino Superior privadas. (Mülling, 2018, p. 22)

Os levantamentos realizados por Bergamaschi (2012) indicam um cenário de pesquisas realizadas até o ano de 2009 sobre Educação Escolar Indígena e uma visibilidade da presença indígena no Ensino Superior.

Considerando que esta pesquisa está relacionada ao povo Terena, a etnia predominante no município de Aquidauana, realizamos junto ao Banco de Teses da Capes a busca pelos termos “Educação Terena” e “Educação Profissional Estudantes Indígenas”, foram localizados 83 trabalhos sobre “Educação Terena” (dentro os trabalhos constam 53 dissertações e 19 Teses), e 27 sobre “Educação Profissional estudantes indígenas”(dentro os trabalhos constam 11 dissertações e 6 Teses) datadas entre os anos de 1995 a 2023. Entre os trabalhos encontrados estão os pesquisadores indígenas e não indígenas.

1.2 Contextualização da Educação para os Indígenas, da Educação Indígena e da Educação Profissional

A educação para os povos indígenas no Brasil esteve atrelada a produção de mão de obra para as inúmeras atividades necessárias ao processo de colonização e aos processos subsequentes a colônia, ao império e a república, a princípio a educação para os povos indígenas esteve atrelada a Igreja, por meio da catequese, foi a forma de tentar garantir a obediência e conduzi-los ao processo de civilização determinado pelos europeus. Assim como retrata Oliveira e Freire (2006),

Os povos e as famílias indígenas que se tornavam aliados dos portugueses necessitavam ser convertidos à fé cristã, enquanto os “índios bravos” (como eram chamados nos documentos da época) deviam ser subjugados militar e politicamente de forma a garantir o seu processo de catequização. Este tinha por objetivo justificar o projeto colonial como uma iniciativa de natureza ético-religiosa preparando a população autóctone para servir como mão-de-obra nos empreendimentos coloniais (econômicos, geopolíticos e militares) (Oliveira e Freire, 2006, p. 35).

Os movimentos de colonização não levaram em consideração a Educação Indígena, que são os modos de vida e os conhecimentos dos povos originários. Desta forma, os indígenas foram utilizados como trabalhadores nacionais, sendo destituídos de suas terras para exclusividade de desenvolvimento da agricultura, centralizando-se o poder com a

incorporação do território e da população. Desempenhavam papéis secundários, agindo sempre em função dos interesses alheios, à disposição dos europeus e foram forçados à alfabetização da língua portuguesa, como bem destacou Cardoso (2004) em sua dissertação. Almeida (2010) nos remete ao século XIX, onde as políticas indigenistas brasileiras da época descartaram inúmeras populações indígenas com o discurso de integração ao novo império, promovendo a assimilação dos índios. Porém, com o passar do tempo surgem diversos grupos afirmando suas identidades indígenas, muitos com suas aldeias extintas, acabam reconstruindo sua própria história.

Este contexto de colonização trouxe diversas implicações aos povos indígenas na maioria das vezes negativas e presentes ainda hoje na sociedade envolvente, por conta do processo educativo dos povos indígenas possuir diferenças quanto à educação nacional, os colonizadores estenderam que não havia educação indígena, portanto nesse processo civilizatório não foi levado em consideração o modo de vida do povo indígena, sua cultura e a sua língua.

Numa visão etnocêntrica, pressupõe-se que os índios não tinham educação, porque não tinham as mesmas formas e os mesmos modelos educacionais ocidentais. É com esse ponto de vista que historicamente se têm implantado os projetos escolares para os índios. Em outras palavras, a escola e a alfabetização entram em cena como sinônimos de educação, cultura e civilização, como se os índios não as tivessem. (Luciano, 2006, p.146)

Ao longo do tempo a educação indígena sempre teve suas próprias formas e para o indígena a educação é entendida como todo conhecimento que é repassado de geração para geração, seria o caminho pelo “qual toda pessoa aprende a viver”(Luciano, 2006, p.146), esse conhecimento acontece dentro da própria família ou comunidade. Para as comunidades indígenas, educação não é a mesma coisa que escola e foi somente através da Constituição de 1988, que pela primeira vez o Brasil reconheceu que é um país constituído por diversas etnias, o Brasil não se reconhecia como um país multiétnico.

Uma destas implicações aos povos indígenas, Cardoso (2004, p.48) demonstra com a fala de uma “professora purutuya da cidade que chegou a declarar que a alfabetização em língua portuguesa “mais atrapalhava do que ajudava”, pelo fato de que a grande maioria de seus alunos só falava a língua terena.”, desta forma não tinham “a preocupação de considerar a diversidade sociocultural de seu público atendido”(Cardoso, 2004, p. 12), uma escola sem condições de conseguir um diálogo com os estudantes indígenas. Somente com a formação da Educação Escolar Indígena assegurada na Constituição de 1988 que houve a garantia dos

direitos aos povos indígenas sobre a terra e os processos próprios de aprendizagem com o uso de sua língua e culturas.

Sobre a implantação das primeiras escolas nas comunidades indígenas no país, Luciano (2006) retrata:

[...] é contemporânea à consolidação do próprio empreendimento colonial. A dominação política dos povos nativos, a invasão de suas terras, a destruição de suas riquezas e a extinção de suas culturas têm sido desde o século XVI o resultado de práticas que sempre souberam aliar métodos de controle político a algum tipo de atividade escolar civilizatória. (Luciano, 2006, p. 150-151)

Portanto, a escola veio como forma de colonizar, tendo como objetivo de integrar o índio à nação brasileira, como um instrumento de colonização, ofertada de acordo com o interesse dos colonizadores, tentando apagar a tradição indígena. “Era uma educação de branco, da cultura do branco para os índios” (Luciano, 2006, p.148), a escola era para os brancos ensinarem os indígenas.

No que se refere à educação profissional aos povos indígenas no Brasil,

Desde as primeiras décadas do século XX, escolas técnicas atuaram no sentido de formar mão de obra, dentro dos objetivos posto pelo SPILTN, compondo o cenário da educação escolar indígena daquele período e impondo um modelo integrador que apontava para a extinção dos povos originários. (Bergamaschi, 2010, p. 4)

O Estado brasileiro contou com o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais/SPILTN, a partir de 1910, como o próprio nome indicava a “proteção” implicava diretamente no processo de mão de obra indígena, tanto para a manutenção das reservas indígenas federais, quanto para o desenvolvimento econômico da região onde se encontravam.

De acordo com Luciano (2006), a partir de 1906 qualquer assunto relacionado aos indígenas e principalmente à educação foi atribuído sobre a responsabilidade do Ministério da Agricultura, no qual o SPI integra este Ministério. “Nesse novo quadro jurídico-administrativo, surgem pouco a pouco as primeiras escolas indígenas mantidas pelo governo federal” (p. 151). Em 1930 o SPI passa a fazer parte do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1934 integra o Ministério da Guerra e em 1939 retorna para o Ministério da Agricultura ficando neste Ministério até os anos de 1960, ano este em que foi

extinto. A Constituição de 1934 dá plenos poderes para União comandar assuntos relacionados aos indígenas, desta forma as escolas indígenas e missionárias instituídas pelo SPI possuíam o formato das escolas rurais, agregando alfabetização em português e atividades profissionalizantes.

Na região do Pantanal não foi nada diferente do que acontecia no restante do país, os povos indígenas que aqui habitavam eram explorados como mão-de-obra nas lavouras, plantações, no cuidado com os animais, como participantes na Guerra do Paraguai, na construção das Linhas Telegráficas e na expansão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, como demonstraram Vargas (2003), Garcia (2008) e Baltazar (2010).

De acordo com Miranda (2006) com a Guerra do Paraguai, além dos desmembramentos das aldeias, o povo Terena ficou marcado com mudanças drásticas em seu modo de viver, esbarrando com a chegada de outros habitantes e sendo conduzidos a criarem uma nova maneira de viver.

Ainda sobre a Guerra do Paraguai Taunay (1831) em seu livro “Entre os nossos índios” relatou a visita em uma aldeia Terena, a aldeia Piranhinha em 10 de março de 1866, demonstrando a boa relação que havia entre indígenas e não-indígenas, a partir de seu diálogo com José Pedro, liderança Terena, que recebeu o título de capitão do Exército brasileiro afirmou que:

Explicamos a razão de nossa chegada, (...), fomos a ter á casa do capitão José Pedro, que nos acolheu, não como um chefe de indios mais como um filho da civilização. (...) Sabia ler e escrever este capitão; (...) organizara uma escola de meninos, em que figuravam os seus dous filhos e sempre se mostrara affeioado aos brasileiros, a elles se achegando nas horas de infortunio. Era digno, sob todos os títulos, de obter do governo imperial a confirmação do posto, concedido pelo virtuoso missionario frei Marianno de Bagnaia, sob cujas vistas se educara, na aldeia dos kinikinaus do Bom Conselho, além do rio Paraguay. (Taunay, 1931, p. 12-13)

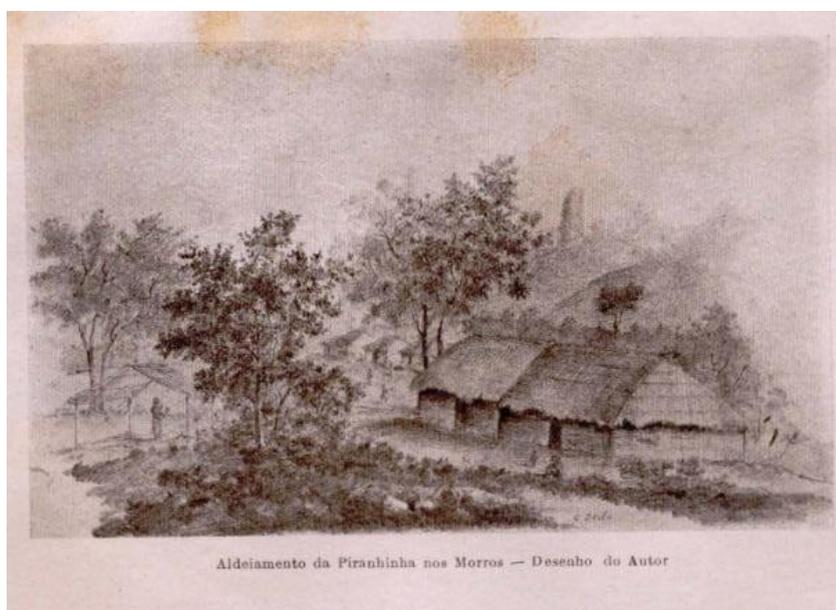
A importância que a escola juntamente com a educação religiosa recebida nela representava para os não indígenas, que viam com bons olhos, os que sabiam ler e escrever, a escola mencionada foi organizada na aldeia Piranhinha⁴, que segundo Ferreira (2015) e Marques (2012), é a atual aldeia Limão Verde no município de Aquidauana. Taunay afirmou

⁴ “Depois dos relatos de Taunay, o nome Piranhinha não reaparece nos registros escritos e em 1907 encontra-se por primeira vez o registro do nome Limão Verde num documento da Câmara Municipal de Aquidauana, sendo as descrições geográficas relativas a esses lugares. Ferreira (2008) concluiu no Laudo Pericial que a antiga aldeia de Piranhinha e a atual aldeia Limão Verde são, do ponto de vista da localização, as mesmas. A relação geográfica entre as aldeias Limão Verde e Piranhinha implica obviamente numa certa continuidade de ocupação e uso desse território pelos Terena.”

que José Pedro era digno do título de capitão recebido e que foi reconhecido pelo governo imperial em 1867, considerado por ele como “um filho da civilização” isso ocorreu justamente porque sabia ler e escrever, mais que isso havia sido educado pelo frei Mariano de Bagnaia. Tudo isso mostra a relação entre a igreja, a escola e a concepção de civilização que estava implícita no processo de colonização ainda em prática naquele contexto (Taunay, 1931)⁵.

Abaixo, na figura 1, uma representação feita por Taunay, através de um desenho da Aldeia Piranhinha.

Figura 1: Aldeamento Piranhinha



Fonte: Taunay (1931, p. 33)

Segundo Taunay o capitão Terena José Pedro “organizara uma escola de meninos, em que figuravam os seus dous filhos (1931, p. 13)”, escola que se encontrava na aldeia Piranhinha, atual aldeia Limão Verde, como já demonstrado anteriormente.

No início do século, ocorreu a expansão da ferrovia na região do então sul de Mato Grosso, foram surgindo povoamentos na redondeza e com isso a chegada de novos

⁵ No que se refere ao contexto mencionado Taunay (1931) afirmou que “O aldeamento modelo no Baixo Paraguay era incontestavelmente o de *Matto Grande* ou do *Bom Sucesso*, perto de Albuquerque (sic), onde os kinikináus debaixo da paternal e inteligente direção do virtuosíssimo missionário, Frei Mariano de Bagnaia, apresentavam os fructos valiosos da catechese bem inspirada. Ahi obrigados a um trabalho regular, viviam na abundancia, praticavam diversos officios e aprendiam as artes liberais. Havia uma banda de musica, toda composta de indígenas. Uma escola de primeiras letras funcionava, com crescido numero de alunos estudiosos e nella se incutiam os princípios de religião de que tanto necessitavam aquellas infelizes criatura.”

habitantes, missionários evangélicos e católicos⁶ e várias medidas foram tomadas pelo órgão protetor para conduzir os povos indígenas ao processo civilizatório, como demonstrou o pesquisador indígena Terena Wanderlei Dias Cardoso em sua dissertação de mestrado: “Instalada pelo SPI, na década de 1960, a escola, na aldeia Limão Verde, tinha por finalidade tornar os índios "civilizados", de maneira que estes pudessem se “integrar” na sociedade do entorno.” (2004, p. 47)⁷

Ainda segundo Cardoso (2004), nesse sentido, as primeiras escolas inseridas nas aldeias tinham por objetivo conduzir os indígenas à civilização e formação de mão de obra, para atender as necessidades regionais, neste processo não foi levado em consideração o modo de vida do povo indígena, sua cultura e a sua língua.

De acordo com Luciano (2006),

Os artigos sobre a educação escolar indígena no Estatuto do Índio, promulgado em 1973 sob a influência da convenção 107/OIT na política indigenista, mencionam explicitamente a alfabetização dos índios “na língua do grupo a que pertencem” (art. 49). No entanto, nada mencionam sobre a adaptação dos programas educacionais às realidades sociais, econômicas e culturais específicas de cada situação, o que deixa implícita a idéia de um bilingüismo meramente instrumental, sem nenhum interesse pela valorização das culturas indígenas. (Luciano, 2006, p. 152-153)

Somente por meio de muitos enfrentamentos do movimento indigenista e principalmente do movimento indígena junto ao Estado brasileiro, os povos indígenas tiveram a garantia de seus direitos sobre a terra e os processos de aprendizagem com o uso de suas línguas e culturas, garantidos na Constituição de 1988.

A população indígena no nosso país é extensa, Mato Grosso do Sul possui um número significativo de povos indígenas e em Aquidauana a etnia que predomina é a Terena. Segundo Seizer da Silva (2009, p. 53) a primeira oferta de alfabetização ao povo Terena do Posto Indígena Taunay/Ipegue, foi de forma rudimentar, controversa e com finalidades religiosas mediante uma cultura eurocêntrica violentando a identidade cultural e histórica de seus educandos. Neste contexto, na época existiam três escolas na Aldeia Bananal: a do posto, dos católicos e dos missionários protestantes. Há registros de disputas por parte das duas últimas, pois além da oferta ao ensino era uma maneira que possuíam de agregarem

⁶ Sobre a questão religiosa entre os Terena ver os trabalhos desenvolvidos por MOURA, Noêmia dos Santos Pereira. UNIEDAS: o processo de apropriação do protestantismo norte-americano pelos Terena (1972-1993). Dissertação. UFMS: Dourados, 2001 e O processo de terenização do cristianismo na Terra Indígena Taunay/Ipegue no século XX. Tese. UNICAMP: Campinas, 2009.

⁷ Cabe ressaltar que essa política de integração teve sua vigência até 1988.

mais fiéis. Porém mais tarde quem passará a conduzir o ensino dentro da aldeia é o Serviço de Proteção ao Índio - SPI.

Por volta da década de trinta, em diante, a atuação educacional dentro das aldeias é exclusivamente das escolas do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), posteriormente, FUNAI (Fundação Nacional do Índio), que em 1985, através de um convênio Prefeitura Municipal de Aquidauana e FUNAI, inclui os alunos da Aldeia Bananal na “educação formal” de primeira a quarta série do primeiro grau (atualmente séries iniciais do ensino fundamental), deixando a função de lecionar somente para professores indígenas. Esses professores não possuíam cursos de graduação. Mas em sua maioria eram formados no curso de magistério oferecido em escolas da região de Aquidauana (Seizer da Silva, 2009, p. 54).

As escolas que ofertavam ensino fundamental na aldeia passaram a oferecer o Ensino Médio, pois antes eles possuíam duas escolhas: ou paravam o estudo no Ensino Fundamental ou iam para o distrito urbano. Muitos acabaram indo para cidade, onde passaram por privações financeiras, discriminação e dificuldades no rendimento escolar por não se familiarizar com a língua portuguesa (Seizer da Silva, 2009, p. 7-8).

De acordo com dados retirados da página da Prefeitura Municipal de Aquidauana, atualmente, existem seis escolas indígenas, entre elas estão as que oferecem ensino fundamental e pré-escola que são: Escola Municipal Indígena Feliciano Pio na Aldeia Ipegue – Distrito de Taunay, Escola Municipal Indígena Francisco Farias na Aldeia Água Branca – Distrito de Taunay, Escola Municipal Indígena General Rondon na Aldeia Bananal – Distrito de Taunay, Escola Municipal Indígena Lutuma Dias - na Aldeia Limão Verde, Escola Municipal Indígena Marcolino Lili na Aldeia Lagoinha – Distrito de Taunay, Escola Municipal Visconde de Taunay no Distrito de Taunay e Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Pascoal Leite Dias em Cipolândia na Aldeia Limão Verde.

De acordo com Cunha (2016, p. 9-20) existem diversas políticas culturais para os indígenas, mas devemos estar atentos porque existem as políticas culturais dos indígenas, de acordo com as diferentes etnias e as políticas elaboradas por não indígenas destinadas aos indígenas que são as políticas indigenistas. Políticas para os indígenas são ações feitas pelo Estado ou pela sociedade civil, sempre lembrando que se hoje existem legislações e os benefícios conquistados, foram através das muitas lutas e persistência dos povos indígenas, da organização política que eles possuem dentro de cada etnia.

Uma das Políticas Culturais para os indígenas é a escolarização multicultural, onde os povos indígenas têm tentado se apropriar, buscando ter controle em todo o processo da

escolarização, desde o ponto de vista administrativo até o pedagógico, buscando uma educação diferenciada que visa conquistar sua autonomia frente à sociedade hegemônica.

No que se refere ao multiculturalismo Hall (2003), afirma:

“O multiculturalismo refere-se a estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiculturalidade gerados pelas sociedades multiculturais. É normalmente utilizado no singular significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta estratégias multiculturais”. (Hall, 2003, p. 52).

Assim, o termo multicultural é qualificativo, relacionado a características sociais e problemas de governabilidade em qualquer sociedade na qual convivem diferentes comunidades culturais, enquanto o termo multiculturalismo é substantivo, referindo-se a estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade gerados pelas sociedades multiculturais.

De acordo com Luciano (2006),

Cidadania diferenciada significa que os povos indígenas, além do usufruto dos direitos universais do cidadão brasileiro ou planetário, possuem também o usufruto de direitos específicos relativos à sua cultura, às tradições, aos valores, aos conhecimentos e aos ritos. A idéia do Brasil como um país pluriétnico é uma porta de entrada para isso, mas não o suficiente enquanto o exercício da multiculturalidade não estiver incorporado à vida prática da sociedade brasileira. (Luciano, 2006, p. 89)

Nesse sentido, apenas acontecendo um diálogo intercultural para que ocorra de fato a participação e inclusão dos povos indígenas dentro dos processos decisórios que é do interesse de toda nação onde vivem. Convém lembrarmos que a escolarização é criação do Estado brasileiro, portanto quem controla todo o processo é o Estado. Foram garantidos alguns direitos, como a inclusão da língua, a inclusão de materiais didáticos pedagógicos adequados, porém o currículo é do Estado, as escolas indígenas possuem um currículo atendendo os critérios do Estado.

O conjunto de documentos que foram criados a partir da Constituição Federal 1988, expressa e legítima a Educação Escolar Indígena, esta educação construída pelos movimentos sociais, principalmente pelos movimentos de professores(as) e lideranças indígenas de todo o país, tais documentos são conjunto de leis, políticas públicas conquistadas através de muita luta pelos povos originários, são elas: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), documentos formativos, como as Diretrizes para a Política de Educação Escolar Indígena e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Escolar Indígena.

Segundo Estevão (2021),

“[...] essas leis têm importância por constituírem ‘ferramentas de luta’, como dizem os indígenas. No entanto, também é reconhecido que por si só esse conjunto de leis não constitui a escola com a característica que cada povo, cada sociedade indígena almeja para si”. Tal princípio acontecerá por meio do diálogo e do envolvimento dos grupos indígenas como próprios coautores do processo e se tratando de estudantes indígenas inseridos nas escolas fora das terras indígenas, o diálogo intercultural é essencial para que se estabeleça um convívio inclusivo, acolhedor e de igualdade, valorizando os dois conhecimentos de mundo, em que nenhum se sobreponha ao outro. (Estevão, 2021, p. 19)

Desta forma, precisamos compreender que nos dias atuais grande parte das comunidades indígenas estão buscando cada vez mais a educação escolar, pois tendo conhecimento do meio não indígena podem reivindicar seus direitos de forma equilibrada junto a sociedade. Para Bergamaschi (2010) a escola indígena é o espaço de interação “entre dois mundos” (p. 61) onde surgem através das trocas de diversas etnias novos conhecimentos resultantes das diversas culturas ali estabelecidas.

Segundo Boccara precisamos desconstruir a essencialização dos grupos dos povos indígenas, ou seja, parar de defini-los de uma forma congelada, como se fossem intocáveis, devemos pensar nos povos indígenas como produtores de suas histórias, mas também como produto da história que é o resultado do contato, das interações, dos confrontos e alianças estabelecidas pelos povos. Justificando como nós passamos a compreender de uma forma diferente os povos indígenas, uma forma diferente do discurso colonial, eurocêntrico que lançaram sobre os povos indígenas. Retrata a década de 1980 como um marco muito importante no campo da construção do conhecimento histórico que ocorreu na Europa, América Latina e também nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos o movimento é chamado de A Nova História Indígena, que era justamente uma história preocupada com as percepções dos povos subalternizados, história esta que vinha desconstruir o olhar elitizante sobre a história. Foi um movimento que ocorreu nos Estados Unidos para incorporar a ideia de que a história também precisava ser percebida por olhares que não fossem da elite.

Este novo olhar sobre os povos indígenas está ligado ao pensamento pós – colonial, precisamos da percepção pós – colonial, das noções, das categorias que são usadas para que consigamos ter uma ideia diferenciada que a cultura hegemônica tem sobre estes povos. Boccara (2000) nos apresenta que para os povos indígenas eram colocadas duas opções: ou eles se aculturavam (gradativamente iam deixando de ser índio) ou resistiam até a morte.

Porém, pesquisas como as de John Manuel Monteiro e Maria Regina Celestino de Almeida apontam as ações de alianças, negociações, incorporação de discursos e outros recursos da sociedade envolvente, acordos etc. como antigas políticas indígenas, praticadas desde o período colonial.

Ainda no que se refere a cultura Raymond Williams, introduz a concepção de cultura como "modo global de vida". Descartando a hierarquização de cultura existente na literatura inglesa, entre uma suposta "alta cultura", considerada como expressão de espírito elevado, de um lado, e a cultura popular, de outro. Crítica a uma visão elitista de cultura e crítica ao materialismo histórico, que coloca o determinismo econômico, como propulsor das mudanças históricas. Williams inclui a cultura como um outro elemento a ser considerado e um outro conceito de cultura, inspirado no conhecimento antropológico dos ingleses, porém com um sentido político que inclui os subalternizados, como produto e produtores de cultura.

A cultura, portanto, no campo dos Estudos Culturais é uma frente de batalha, uma ferramenta de exposição das contradições sociais, é considerada o elemento principal que diferencia um povo do outro.

A interculturalidade por sua vez, busca entender como os povos em contato conseguem se apropriar de um espaço pluricultural e como cada povo vai absorver de maneira diferente este contato.

Para Luciano (2011),

[...] a interculturalidade pressupõe compreender e considerar os povos indígenas como referências sociopolíticas com certa autonomia e flexibilidade, enquanto sujeitos coletivos de direitos e civilizações milenares que não são nem melhores nem piores que as demais civilizações humanas. São apenas diferentes. (Luciano, 2011, p. 209)

Por outro lado, o conceito de interculturalidade crítica sustentado por Walsh (2009), surgiu a partir das próprias demandas indicadas pelos movimentos indígenas e afrodescendentes, diferindo-se do multiculturalismo neoliberal e da interculturalidade funcional. A interculturalidade não é apenas o contato entre culturas, mas é também uma reciprocidade em condições de igualdade, precisa ser percebido como um percurso permanente de comunicação, relacionamento e aprendizado entre grupos e conhecimentos diferentes, tendo o objetivo de estimular e construir o respectivo respeito, acima das diferenças culturais e sociais. É preciso pensar a interculturalidade a partir de um projeto anti-hegemônico tendo a possibilidade de diálogo entre todas as culturas pensando na construção de uma sociedade diferente, uma sociedade outra.

Torna-se relevante ainda considerar a percepção indígena sobre a interculturalidade, conforme aponta Luciano (2017):

Na perspectiva das comunidades indígenas, a escola indígena intercultural deve ajudar na compreensão da lógica de pensamento e funcionamento da sociedade moderna envolvente. Isso porque os povos indígenas entendem que a sua derrota parcial no processo colonial foi resultado fundamentalmente pelo não conhecimento dos *modus operandi* dos conquistadores. Assim, para a defesa de suas culturas, de seus conhecimentos e de seus direitos na atualidade os povos indígenas necessitam dominar ao máximo possível os *modus operandi* dos colonizadores. Assim, dominar os conhecimentos dos brancos (Luciano, 2017, p. 13)

Pensando neste espaço pluricultural podemos trazer à discussão o novo modelo de Educação Profissional que se difere do que foi a Localização de trabalhadores do SPI que tinha como único intuito a formação de mão de obra. Este novo formato de Educação Profissional visa uma formação de indivíduos que sejam protagonistas de transformações, através dos pilares ensino, pesquisa e extensão, no meio em que estão inseridos.

Amado (2017) esclarece que para o pesquisador indígena a única razão pela qual sai da aldeia para ingressar na Academia é para se apropriar dos conhecimentos científicos e de alguma forma usá-los em favor do seu povo. Há também o resgate de sua história de vida onde se faz uma aliança entre a ciência e o conhecimento tradicional para obter um reconhecimento de direitos, principalmente o direito aos territórios ocupados.

Os estudantes que buscam se matricular no IFMS relatam ser por conta do ensino de qualidade oferecido, dando oportunidade de uma formação melhor para que possam entrar nas universidades ou sair com uma formação técnica. Com a implantação e interiorização dos Institutos Federais ficou mais acessível para que os estudantes indígenas pudessem optar (ou terem a opção) na escolha de cursos técnicos.

Conforme Mülling (2018, p. 49), “Essa busca pela escolarização e tecnologia distingue-se de um discurso pelo desenvolvimentismo, à medida que afirma o interesse em instrumentalizar-se para manter as condições de autonomia de seus processos próprios de existência [...]”.

Por essa razão, os indígenas não querem trocar ou mudar seus costumes, mas incluir a tecnologia ocidental aos seus modos de sobrevivência, “incorporá-la como meio de expansão das possibilidades de sobrevivência”. (Mülling, 2018, p. 49)

Conforme apontado por Mülling (2018),

Torna-se necessário compreender em que medida a tecnologia e a formação a partir da produção ocidental são convenientes aos projetos de existência dos povos indígenas. Reitera-se novamente, portanto, a importância da disponibilidade do acesso e da escuta dos interesses dos povos indígenas para a elaboração das políticas públicas. (Mülling, 2018, p. 49)

Para Spivack (2010), a fala é uma via de participação, de mão dupla, quando ela diz que o subalterno não pode falar, não é que ele não fala, mas que nem sempre tem alguém disponível para ouvir o que é dito por ele, portanto não há uma efetivação da fala, quando tem alguém vocalizando e nenhum ouvindo. Os movimentos sociais, os sujeitos subalternizados possuem voz, eles falam, agem, a questão é que talvez nós não ouçamos. Portanto, se é necessário legitimar estes espaços para dar visibilidade ao discurso que eles estão querendo falar, para as causas que eles possuem, as pesquisas acadêmicas são elementos fundamentais para esta legitimação, através dos sistemas de cotas e políticas públicas, conquistadas justamente pelas lutas desenvolvidas pelos grupos onde estão inseridos e implantadas na educação. Por isso no processo de inclusão se faz necessário a fala dos estudantes indígenas, mas também dos negros, das mulheres, dos homossexuais etc., pois no processo de inclusão ou exclusão estão sendo produzidas as identidades sociais.

Portanto, se é necessário legitimar estes espaços para dar visibilidade ao discurso que eles estão querendo falar, para as causas que eles possuem, as pesquisas acadêmicas são elementos fundamentais para esta legitimação, através dos sistemas de cotas e políticas públicas, conquistadas justamente pelas lutas desenvolvidas pelos grupos onde estão inseridos e implantadas na educação. Por isso no processo de inclusão se faz necessário a fala dos estudantes indígenas, mas também dos negros, das mulheres, dos homossexuais, etc, pois no processo de inclusão ou exclusão estão sendo produzidas as identidades sociais.

Cabe ressaltar que existem Institutos Federais que desenvolvem suas atividades em Comunidades indígenas pelo país, como também ofertam cursos para este público, como é o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco/ IFPE que oferta o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Intercultural Indígena-Quilombola (Ministério dos Povos Indígenas, 2023), o curso é aberto a todos com quantitativo de vagas reservadas para cotas raciais.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/ IFB - Campus Porto Seguro possui o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, tem como objetivo habilitar professores indígenas em licenciatura plena, com enfoque intercultural para atuarem

nas escolas indígenas. O curso é dividido em dois ciclos: ciclo básico em conhecimentos indígenas e educação escolar indígena e ciclo específico em formação profissional. (IFB, 2016).

No IFMS/ campus Aquidauana desde a sua implantação e interiorização recebem estudantes oriundos das aldeias da região, como mencionado no capítulo 2, através das respostas obtidas nos questionários e roda de conversa, buscam a instituição pelo ensino de qualidade ofertado, tendo como objetivo uma boa formação.

CAPÍTULO II

O INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL CAMPUS DE AQUIDAUANA POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Este capítulo tem por objetivo contextualizar a implementação dos IF no Brasil enquanto política pública, a sua implantação e política de ampliação e interiorização no município de Aquidauana, pois é o local de nossa pesquisa, demonstrando as formas de acesso, as atividades de pesquisa e extensão e as políticas de permanências existentes no IFMS para os estudantes indígenas da região.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) são um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica promovido pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva e advém de uma política pública criada em seu governo que tinha como princípio a fomentação da justiça social, do desenvolvimento sustentável proporcionando a inclusão social e a criação de novas tecnologias.

Considerando que os Institutos Federais são instituições criadas dentro da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, se faz necessário relembrar o início da Educação Profissional no Brasil.

Garcia (2021, p. 88) em sua tese faz uma retrospectiva dos marcos legais da implantação da Educação Profissional no Brasil, relembrando desde a criação das Escolas de Aprendizizes até a criação dos Institutos Federais, a autora faz essa retrospectiva destacando a Educação Superior que é seu objeto de estudo de pesquisa.

Quadro 5 – Marcos legais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Ano	Documento	Finalidade
1909	Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.	Criou as Escolas de Aprendizizes e Artífices para o ensino profissional primário e gratuito.
1937	Constituição Federal, de 10 de novembro de 1937.	A Constituição promulgada por Getúlio Vargas transformou as Escolas de Aprendizizes Artífices em Liceus Industriais.
1942	Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.	Transformou os Liceus industriais em Escolas Industriais e Técnicas.
1959	Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.	Passaram a denominar Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais.

1961	Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.	Fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e assegurou a possibilidade de criação de cursos superiores de tecnologia.
1968	Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.	Fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.
1969	Decreto-Lei nº 547, de 18 de abril de 1969.	Este documento autorizou a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração, contemplando as Escolas Técnicas Federais.
1978	Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.	Transformou as Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro em Centros Federais de Educação Tecnológica, originando os primeiros CEFET's da Rede Federal e concedendo o direito de ofertar cursos superiores.
1989	Lei nº 7.863, de 31 de outubro de 1989.	Esta lei transformou a Escola Técnica Federal do Maranhão em CEFET.
1993	Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993.	Criou demais Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, bem como cargos de professor, técnico administrativos e funções gratificadas para atuarem na rede federal de educação profissional e tecnológica.
1993	Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993.	Esta lei transformou a Escola Técnica Federal da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica e alterou o art. 2º da Lei 6.545/1978 no que diz respeito à oferta de cursos superiores, ampliando a oferta de cursos pós-graduação.
1994	Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.	Instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando todas as Escolas Técnicas Federais em CEFET's.
1996	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	Este documento, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, assegurou no Capítulo III a oferta da educação profissional.
2004	Decreto nº 5.225, de 1º de outubro de 2004.	Alterou os dispositivos do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.
2005	Lei nº 11.184, de 07 de outubro de 2005.	Transformou o CEFET do Paraná em Universidade Tecnológica do Paraná – UTPPR.
2005	Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005.	Alterou o Art. 3º da Lei 8.948/94, iniciando a 1ª fase de expansão da Educação Profissional e Tecnológica.

2007	Decreto nº 6095, de 24 de abril de 2007.	Este documento estabeleceu o processo de integração de Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET, Escolas Técnicas Federais - ETF, Escolas Agrotécnicas Federais - EAF e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, para constituírem os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.
2007	Lei nº 11.534 de 25 de outubro de 2007.	Dispôs sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, consolidando a 1ª fase da expansão.
2008	Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.	Alterou os Capítulos II e III da LDB 9394/96, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.
2008	Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.	Instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 2ª Fase da Expansão.
2012	Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012.	Concedeu ao Colégio Pedro II a mesma estrutura e organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Organização: Garcia, 2020.

No quadro acima podemos visualizar desde o início da Educação Profissional que se deu com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909 que tinham como objetivo oferta de ensinamentos técnicos e intelectual para uso exclusivo do trabalho aos filhos dos pobres e desfavorecidos da fortuna para que não ficassem desocupados, como bem destaca o Decreto nº 7.566/1909 até a criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e a 2ª fase de expansão da Rede Federal .

A política de ampliação das escolas profissionais iniciou em 2003 quando houve a criação do PPA (Plano Plurianual) referente aos anos de 2004 a 2007, onde constatou-se que grande parte da população retornava às salas de aula em busca de formação para o ensino médio no intuito de atender uma demanda do setor produtivo que precisava de mão de obra naquele período. Com a retomada do crescimento econômico, o resgate do setor industrial e o surgimento das novas tecnologias, chega também a necessidade de mão de obra qualificada, (Santos, 2018) porém para esse novo governo se fazia necessário uma formação omnilateral. Frigotto(2012) expõe o significado de educação omnilateral como:

[...] a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico (Frigotto, 2012, p. 267).

Desta forma a criação dos Institutos Federais foi um projeto inovador tendo como prioridade a formação de indivíduos livres, críticos que pudessem ser protagonistas das transformações do próprio meio em que estavam inseridos. A ideia de que todo cidadão tivesse a oportunidade de acesso e compreensão à ciência era um anseio do governo Lula. O principal objetivo dos Institutos Federais é formar um “cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor.” (Pacheco, 2015, p. 11) Se faz necessário transpor a ideia de que o trabalhador não pode ser um ser pensante e também ter habilidades artísticas ou culturais. (Ibidem) Consequentemente, o governo compreendeu que havia necessidade de alterar a legislação que “restringia a expansão da rede federal de EPT”, voltando com a proposta de curso técnico integrado ao ensino médio (Aguiar; Pacheco, 2017, p. 14).

Em 2008 houve um avanço com a criação da Lei Federal 11.892 de 29 de dezembro, que “institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.”(Brasil, 2008) Definindo os Institutos Federais como:

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas[...] (Brasil, 2008).

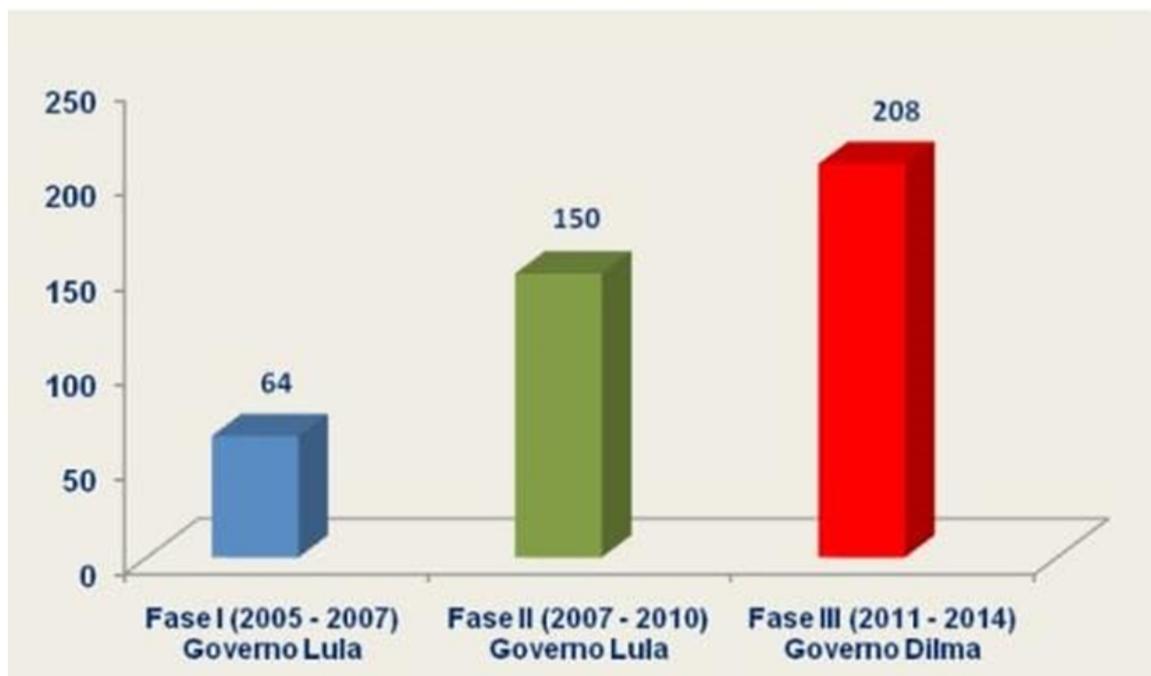
Consequentemente, a criação dos IFs sendo um projeto inovador, enfrentou e ainda enfrenta grandes embates quanto a sua implementação e reconhecimento de sua identidade, pois deixaram de serem escolas tecnicistas para tornarem-se Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os quais não são universidades por possuírem uma matriz de estudos teóricos e prática que divergem, trazem inovações tanto estrutural quanto pedagógico que os certificam para elaborarem e implementarem políticas públicas na educação e inclusão (Aguiar; Pacheco, 2017). Porém ofertam educação profissional desde a educação básica até a educação superior promovendo a integração e a verticalização entre as modalidades de ensino.

A fundamentação dos Institutos Federais são a verticalização do ensino da educação básica à educação profissional e educação superior e a integração da pesquisa e extensão. Os três pilares da nova política da Educação Profissional são: ensino, pesquisa e extensão. Aguiar e Pacheco (2017) relatam que a extensão abrange os outros dois pilares (ensino e pesquisa), é uma possibilidade de interação entre o IF e a comunidade externa, levando o conhecimento obtido através da pesquisa e do ensino para a população, dando oportunidade de se criar novas aprendizagens e pesquisas que possam contribuir para o desenvolvimento local e regional de onde o IF está inserido. Assumindo a função de intermediários na estruturação das políticas públicas para a região onde estão centralizados firmando uma parceria mais próxima dos poderes públicos da região e da comunidade local. (Pacheco, 2011)

Sendo assim, a expansão e a interiorização dos Institutos Federais contribuíram significativamente com o desenvolvimento local de várias regiões do país, logo abaixo podemos observar o grande desenvolvimento tecnológico que ocorreu entre os anos de 2005 a 2014 através do gráfico 1: Fases da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPCT e escolas inauguradas nas gestões governamentais – Brasil, 2005 a 2014.

Gráfico 1 - Fases da expansão da RFEPCT e escolas inauguradas nas gestões governamentais – Brasil, 2005 a 2014.

**FASES DA EXPANSÃO DA RFEPCT E ESCOLAS INAUGURADAS
NAS GESTÕES GOVERNAMENTAIS – BRASIL, 2005 A 2014**



Fonte: Santos, 2018, p. 120.

Essa foi a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPCT realizada em três fases, conforme aponta o gráfico acima. Na primeira e na segunda fase, “durante a gestão de Lula, foram construídas um total de 214 escolas, e, na terceira fase, período no qual esteve à frente do Executivo a Presidenta Dilma Rousseff, foram inauguradas 208 escolas” (Santos, 2018, p. 120), totalizando 422 unidades construídas, somando com as que já existiam totalizou-se 562 campi vinculados aos IFs “que em 2014 abrangia 515 municípios, localizados nas 27 Unidades da Federação” (Santos, 2018, p. 121). A implantação do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul/ campus Aquidauana ocorreu em 2010 com esta política de expansão da Rede Federal, juntamente com os campi de Corumbá, Ponta Porã, Três Lagoas e Coxim.

Diante desse cenário da fase de expansão, Mülling (2018) destaca em sua dissertação que diante da expansão e interiorização da Rede Federal, o contato dos povos tradicionais aumentaram significativamente com a Rede, no processo de ingresso nas instituições da Rede Federal. Ela destaca ainda que “O acesso à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, na perspectiva da interculturalidade, passa a compor as lutas indígenas por direitos como instrumento para a superação das desigualdades impostas na configuração dos tecidos do poder.” (Mülling, 2018, p. 33)

Portanto, o acesso a Rede Federal, vem ao encontro da interculturalidade que os povos originários buscam, retratando o avanço das conquistas que os povos indígenas tiveram, através de suas lutas, com as políticas públicas em educação, que foram sendo criadas ao longo dos anos.

2.1 A experiência do IFMS Campus Aquidauana

Aquidauana é um município com 46.803 mil habitantes (Brasil, 2022), que possui em seu território as Terras Indígenas Limão Verde e a Taunay Ipegue, com a presença majoritariamente Terena. O campus IFMS/Aquidauana é urbano, porém afastado do centro da cidade, o que acaba dificultando o deslocamento dos estudantes, muitos acabam ficando o período integral para poderem aproveitar os atendimentos ofertados pelos docentes, as monitorias e os projetos, portanto os benefícios proporcionados pela assistência estudantil são importantes para ajudá-los com alimentação ou transporte. Para os estudantes indígenas que residem nas Terras Indígenas é ainda mais complexo por questão de não terem transporte para o deslocamento, tendo que muitas das vezes mudarem para a cidade em casa de amigos, parentes ou alugadas.

São ofertados cursos de FIC (Formação Inicial Continuada); Ensino médio integrado (Edificações e Informática); Educação de Jovens e adultos – PROEJA (técnico em Administração e técnico em Edificações); Subsequentes (Desenho da construção civil, Edificações, Informática e Informática para Internet); EAD; Graduação (Bacharelado em Engenharia Civil, Tecnologia em Redes de Computadores e Tecnologia Sistemas para Internet) Pós-graduação lato sensu - Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Atualmente são cerca de 500 estudantes matriculados nos cursos de Ensino Médio Integrado em Edificações e/ou em Informática. Segue no quadro nº 6 os cursos ofertados no campus Aquidauana.

Quadro 6: Cursos ofertados no campus Aquidauana

Nome do curso	Modalidade	Duração
Curso Técnico Integrado em Edificações	Técnico Integrado - Ensino Médio	6 semestres
Curso Técnico Integrado em Informática	Técnico Integrado - Ensino Médio	6 semestres

Desenhista da Construção Civil	Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC)	1 semestre
Desenhista de Móveis	Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC)	1 semestre
Desenhista de Topografia	Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC)	1 semestre
Operador de Computador	Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC)	1 semestre
Pedreiro de Alvenaria	Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC)	1 semestre
Técnico em Administração Subsequente	Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente - Educação a Distância	2 semestres
Técnico Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática	Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente - Educação a Distância	3 semestres
Espanhol Básico	Qualificação Profissional - Educação a Distância	5 meses
Inglês Básico I	Qualificação Profissional - Educação a Distância	5 meses
Inglês Básico II	Qualificação Profissional - Educação a Distância	5 meses
Operador de Computador	Qualificação Profissional - Educação a Distância	3 meses
Vendedor	Qualificação Profissional - Educação a Distância	3 meses
Técnico em Desenho da Construção Civil	Técnico Subsequente	4 semestres
Técnico em Edificações	Técnico Subsequente	4 semestres
Técnico em Informática	Técnico Subsequente	3 semestres
Técnico em Informática para Internet	Técnico Subsequente	3 semestres
Engenharia Civil	Graduação – Bacharel	10 semestres
Tecnologia em Redes de	Graduação – Tecnólogo	6 semestres

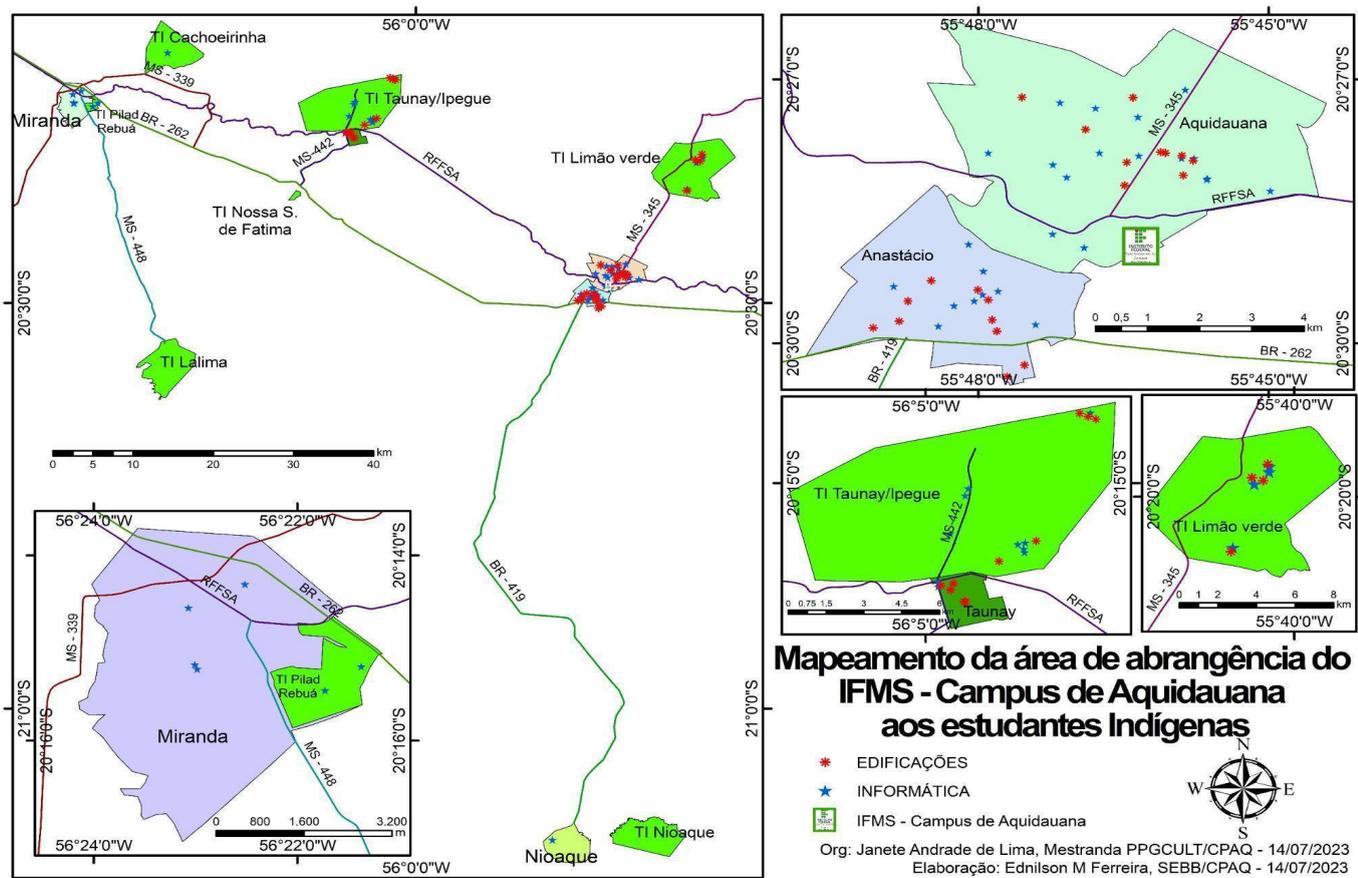
Computadores		
Tecnologia em Sistemas para Internet	Graduação – Tecnólogo	6 semestres
Espanhol Básico	Idiomas	60 semanas
Espanhol Intermediário	Idiomas	60 semanas
Inglês Básico	Idiomas	60 semanas
Inglês Intermediário	Idiomas	60 semanas
Libras Básico	Idiomas	60 semanas
Libras Intermediário	Idiomas	60 semanas
Português como língua adicional	Idiomas	60 semanas
Técnico Integrado em Administração	PROEJA	6 Semestres
Técnico Integrado em Edificações	PROEJA	6 Semestres
Especialização em Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Pós Graduação	18 a 24 meses

Fonte: IFMS.

Organização: Lima, 2023.

Como esta pesquisa está relacionada com o Ensino Médio Integrado dentro do IFMS/ campus de Aquidauana, realizamos o levantamento através do Sistema Acadêmico e do Questionário Socioeconômico dos dados referentes ao ingresso dos estudantes indígenas nos cursos de ensino médio integrado de Edificações e Informática do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS) entre os anos de 2014 a 2022 no campus Aquidauana, em razão da proximidade dessa instituição com os territórios indígenas demarcados na região. Identificamos que além dos estudantes aldeados existem também os estudantes que residem nos bairros dos municípios de Anastácio, Aquidauana e Miranda, como podemos observar no mapa a seguir

Figura 3 - Mapeamento da área de abrangência do IFMS/ Campus Aquidauana com os estudantes indígenas



Fonte: Org. Lima, 2023. Elaboração: Ferreira, 2023

Esse mapeamento demonstrou outras informações como o lugar de residência dos estudantes apontando como maior proximidade para o campus Aquidauana, a Terra Indígena de Taunay Ipegue, composta por sete aldeias: Ipegue, Bananal, Água Branca, Lagoinha, Imbirussu, Morrinho e Colônia Nova e a Terra Indígena Limão verde, formada pelas aldeias: Limão Verde, Córrego Seco e Buritizinho e no município vizinho de Anastácio a aldeia Aldeinha. (Amado, 2020, p. 16-17). Para além, dessas informações constam no levantamento realizado no sistema acadêmico do IFMS que existe um número significativo de estudantes indígenas que residem em bairros das cidades de Anastácio e Aquidauana, fora de suas aldeias de origem. O mapeamento também nos mostra todas as TI em torno do campus Aquidauana.

Convém observar que a presença dos estudantes indígenas no campus de Aquidauana existe desde a sua implantação em 2010, porém o registro do questionário sócio econômico (QSE) não era obrigatório, sendo assim não temos registros que possam comprovar a sua presença que possa nos auxiliar nesta pesquisa. Como bem destaca Garcia (2021),

O Sistema do Questionário Socioeconômico do IFMS (QSE/IFMS) foi criado em 2014. Nos primeiros anos de implantação do sistema, os estudantes eram convidados a preencher o questionário durante o período letivo. O convite era realizado pelas assistentes sociais do IFMS, que dependiam da colaboração dos professores em ceder pelo menos uma hora-aula, por turma, para orientação e acompanhamento dos estudantes no preenchimento do QSE. A partir de 2018, as matrículas foram vinculadas à condição obrigatória do preenchimento do Questionário Socioeconômico, sendo assim, a ação tornou-se mais efetiva, ampliando o número de questionários respondidos (Garcia, 2021, p. 128).

Do levantamento realizado, os dados que foram extraídos para esta pesquisa do questionário socioeconômico referentes aos anos de 2014 a 2022 e que constam no quadro 1 nominado como “matrículas de estudantes indígenas nos cursos técnicos de nível médio IFMS/AQ, de 2014 a 2022”, como demonstrado logo mais abaixo, 81 estudantes se reconhecem como indígenas.

Quadro 7 – Matrículas de estudantes indígenas nos cursos técnicos de nível médio IFMS/AQ, de 2014 a 2022.

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul/ campus Aquidauana					
Ano	Cursos Técnicos que comportam as matrículas de estudantes indígenas no período	Ingresso	Permanência	Evasão	Egresso
2014	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Informática	04	01	03	
	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Edificações				
2015	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Informática	02		01	01
	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Edificações	01			01
2016	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Informática	08		06	02
	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Edificações	01		01	

2017	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Informática	04		03	01
	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Edificações				
2018	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Informática	06		02	04
	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Edificações	08		06	02
2019	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Informática	05		02	03
	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Edificações	07		05	02
2020	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Informática	09	06	03	
	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Edificações	09	07	02	

2021	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Informática	04	02	02	
	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Edificações	02	02		
2022	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Informática	06	05	01	
	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Edificações	05	04	01	

Fonte: Lima (2022).

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul/campus Aquidauana, consta em média com 500 estudantes matriculados nos cursos do Ensino Médio Integrado, no quadro acima podemos ver que entre estes 500 estudantes estão 27 estudantes indígenas “em curso”, ou seja, matriculados nos cursos de Ensino Médio Integrado de edificações e informática. No quadro acima, notamos a desproporção na quantidade de estudantes indígenas matriculados para o quantitativo dos egressos. Neste levantamento, constatamos os 27 estudantes “em curso”, ou seja, matriculados nos cursos de Ensino Médio Integrado de edificações e informática, vale ressaltar que o estudante de 2014 que consta como situação de “Permanência” é que no sistema aparece como “Integralizado em fase escolar” que significa, que o estudante não finalizou qualquer outro requisito de integralização do curso previsto no respectivo Projeto Pedagógico (IFMS, 2019) ou seja, não realizou o estágio obrigatório ou o TCC. Os estudantes que constam na tabela acima no ano de 2020 e que estão na situação “em curso” estão apenas pagando dependência em unidades curriculares, apenas um está na situação “trancado”, sete destes são aldeados e os que constam no ano de 2021 e 2022 apenas 1 estudante não possui dependência em unidade curricular, dos estudantes que evadiram desde o ano de 2014 doze eram aldeados, portanto dos estudantes que permanecem em curso apenas 11 são aldeados os outros 16 residem na zona urbana, as aldeias atendidas são: Limão Verde, Colônia Nova, Água Branca e o distrito de Taunay, no município de Aquidauana e Cachoeirinha no município de Miranda.

A presença dos estudantes indígenas na Rede Federal de Educação Profissional é recente devido à expansão dos Institutos Federais e a implementação da lei nº 12.711, de 2012. Instaurada a referida Lei, os Institutos Federais iniciam os editais de ingresso por cotas de estudantes pretos, pardos e indígenas, conseqüentemente no processo seletivo de 2013 se adota a referida lei. Porém, só conseguimos os registros a partir do ano de 2014, ano em que o questionário sócio econômico passou a ser adotado no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Entretanto, é importante lembrarmos que o ano de ingresso dos alunos regulares nos cursos técnicos integrados de ensino médio, cuja duração era de 3 anos e meio, ocorreu em 2011.

A divulgação dos cursos acontece através das redes sociais do IFMS, nas rádios da cidade, panfletos e cartazes colocados em vários pontos da cidade e nos últimos anos foram feitas presencialmente no Distrito de Taunay, por alguns servidores do IFMS- campus Aquidauana e também pelos próprios estudantes indígenas, que acabam repassando as informações para suas comunidades.

O ingresso nos cursos de Ensino Médio Integrado ocorre por meio de um Exame de seleção, onde o candidato se inscreve pelo próprio site do IFMS, os campi possuem atendimento para aqueles candidatos que não possuem acesso à internet ou tenham dificuldade em acessar a página para inscrição, é realizada uma prova com duração de quatro horas, composta das seguintes áreas: Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos Gerais. Apenas nos anos de 2021 e 2022 o processo Seletivo para ingresso nos Cursos Integrados do Ensino Médio - Informática e Edificações, foram realizados por meio de análise documental do Ensino Fundamental, obtendo a nota final pela média ponderada das médias finais das disciplinas Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia do 8º ano (ano de 2021) e do ano de 2022 o processo foi feito através da comprovação das notas/conceitos das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia do 7º ano do Ensino Fundamental.

Atualmente o campus de Aquidauana oferta 2 turmas de 40 estudantes para Edificações e 2 turmas de 40 estudantes para Informática, portanto em concordância com a Lei de cotas nº 12.711, de 2012 são destinadas 50% das vagas aos beneficiários de uma das opções de Ação Afirmativa (cotas).

O IFMS dispõe de uma Política institucional de Acesso, Permanência e Êxito, para todos os estudantes, regulamentada pela Resolução nº 10, de 10 de fevereiro de 2022, tendo como principais objetivos: elevar os índices de permanência e êxito dos estudantes; diagnosticar as principais causas da retenção e evasão para propor ações que reduzam esse índice; buscar as ações realizadas por outros campi e compartilhar com todos os outros campi; propor ações educacionais inclusivas, para que reduzam os efeitos das desigualdades sociais e regionais; sugerir intervenções para aumentar a quantidade de estudantes aprovados e propor a interação dos estudantes com as ações de extensão, pesquisa e inovação ocasionando desta forma, o aumento da permanência e êxito, visando o desenvolvimento integral dos estudantes. e também possui o Programa de Acompanhamento de Egressos (Pace) planejar, implementar e orientar ações de acompanhamento e monitoramento dos egressos do IFMS (IFMS, 2018).

Apesar de existir essa Política de acesso, permanência e êxito, a instituição ainda está um pouco lenta nestas metas de acompanhamento dos estudantes indígenas. Existe nos campi o NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas, em Aquidauana o trabalho deste grupo e suas ações estão a passos lentos, não existe um acompanhamento, acolhimento ou atividades executadas para interagir com estes estudantes. Este ano de 2023, o núcleo está buscando trabalhar melhor, iniciando algumas ações gerais para desenvolverem no campus.

Lembramos que o período que atingiu o ano de 2020 e parte de 2021 por conta da pandemia do Covid-19, foi um período crítico que passamos, onde tivemos que permanecer isolados, sofremos com mudanças nas nossas rotinas diárias e essas alterações afetaram também o ensino aprendizagem. O IFMS dispôs de uma Instrução Normativa N° 1, de 1 de Abril de 2020 (IFMS, 2020), onde organizou os procedimentos que seriam adotados naquele momento incluindo a metodologia que seria adotada para realização das atividades não presenciais e delegando os responsáveis para cada procedimento, orientando estudantes, servidores e docentes quanto aos procedimentos que precisavam ser feitos e como ação de permanência e êxito do IFMS/AQ na pandemia, houve:

- A disponibilidade de empréstimos de computadores para aqueles estudantes que não tinham, foi aberto um edital para disponibilização de SIM Card com pacote mensal de dados de telefonia móvel para estudantes do IFMS. O Projeto Alunos Conectados do MEC/RNP/IFMS foi destinado aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, matriculados em cursos presenciais do IFMS, a fim de promover o acesso e contribuir com a equidade entre os alunos da rede pública da educação profissional por meio do fornecimento desse equipamento para acesso à internet e, conseqüentemente, às Atividades não Presenciais (ANPs).” (IFMS, 2020)
- Outra ação foi o Edital N° 036/2020 - Kit Alimentação Escolar -PNAE - PROEN/IFMS, destinado aos estudantes dos cursos técnicos integrados e Proeja, “em especial, aqueles em situação de vulnerabilidade, insegurança alimentar e nutricional, ou que, por alguma questão recente de risco social decorrente do agravamento das desigualdades sociais e regionais necessitem de apoio socioeconômico/alimentar e nutricional.”(IFMS, 2020)
- Os kits para os estudantes indígenas, um servidor levava até a aldeia e entregava aos responsáveis nas barreiras sanitárias.

Dispõe também do Programa de Assistência Estudantil do IFMS (PAES), regulamentado pela Resolução n° 002, de 29 de janeiro de 2018. Por meio deste Programa que se efetua as transferências de recursos financeiros a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para contribuir com demandas como alimentação, transporte, moradia e saúde. Existe a concessão do auxílio indígena e quilombola com a condição do estudante residir na comunidade indígena ou quilombola.

Um outro programa que tem sido desenvolvido na aldeia Lagoinha é o Programa Academia & Futebol coordenado pelo Professor Pablo Salomão que “promove treinamentos nas modalidades de futebol e futsal para jovens que cursam o ensino médio, o programa visa formar equipes para participação em jogos estudantis e promover festivais que irão envolver toda a comunidade.”(Sato, 2020)

Diante desses indicadores, o campus tem buscado aperfeiçoar suas ações de assistência estudantil com vistas a promover a inclusão e promover a aprendizagem, porém a transferência de recursos não é suficiente para garantir o êxito dos estudantes, percebemos que a ampliação da assistência estudantil juntamente ao suporte psicopedagógico, ao acompanhamento escolar e a inclusão de indígenas e outros povos tradicionais é essencial. Porém percebemos no campus que não há política de permanência e êxito qualificada para os estudantes indígenas que se mudam para a cidade para estudar ou para os que continuam em suas comunidades, o que representa a necessidade de uma política mais efetiva direcionada aos estudantes indígenas.

As pesquisas acadêmicas, através dos sistemas de cotas e políticas públicas implantadas na educação, são elementos fundamentais para legitimar os espaços e dar visibilidade às lutas e principalmente as conquistas dos povos tradicionais, que ainda são considerados subalternizados pela sociedade envolvente.

Diante da missão assumida pela rede federal em que ocorra uma formação técnica e crítica do indivíduo e que a qualificação profissional seja acessível e esteja ao alcance do trabalhador contribuindo para o desenvolvimento local e regional buscamos algumas atividades que foram desenvolvidas no campus de Aquidauana que contribuíram de alguma forma com as comunidades indígenas ou que foram desenvolvidas pelos estudantes indígenas.

Dentre essas atividades, destacamos:

- Em 2014 houve a oferta do curso FIC em **Agricultor Agroflorestal** pelo PRONATEC, o curso aconteceu integralmente na comunidade indígena Cachoeirinha no município de Miranda com uma parceria entre os consultores do Projeto GATI, a comunidade indígena e o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, não houve a participação específica de estudantes indígenas, mas foi um curso voltado para a comunidade como um todo, sendo a própria comunidade a maior protagonista da construção deste evento. Como produto final do curso foi produzido o livro: O curso Agricultor Agroflorestal na promoção da autonomia Terena: uma articulação entre a Família GATI (Organização CAIANAS), Projeto GATI e IFMS/PRONATEC,

confeccionado pelos profissionais que estiveram diretamente envolvidos na construção e execução do curso. (Antonio; Sant'Ana; Melo, 2016)

- **Projeto Terena: cultura e língua indígena na internet:** este projeto originou-se no trabalho de conclusão do curso Técnico Integrado em Informática do estudante indígena Wilson Alexander Galarza Huanca que pertence à etnia Terena e estava estudando o acesso à internet nas aldeias indígenas Morrinho e Lagoinha no Distrito de Taunay. Por meio de questionários a pesquisa mostrou que havia um baixo acesso à internet nas duas aldeias que estavam sendo analisadas, pois não tinham conteúdo em língua terena para que pudessem acessar. E foi a partir desta amostra que passaram a ter como objetivo a ampliação do projeto e “produção de conteúdo pela população indígena (professores e estudantes) em língua terena e a disponibilização do material produzido na internet, buscando a divulgação linguística e a troca cultural” (Lutz, 2019). O projeto foi apresentado no Festival de Línguas Indígenas para Internet 2019, evento realizado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em Antígua, na Guatemala. Foram orientadores do projeto as professoras Gracieth Valenzuela e Aline Araujo.
- **Lendas e contos indígenas:** desenvolvimento de livro digital para valorização da língua e da cultura Terena: a proposta do projeto é de produzir “um livro digital bilíngue (português/terena) com o registro de lendas e contos indígenas narrados por anciãos de aldeias da região de Taunay (Aquidauana)” (Mostratec, 2020). O projeto foi desenvolvido pelos estudantes Jaaziel Francelino, indígena da etnia Terena e Otávio Faria Ramires - não indígena, os orientadores foram os professores Aline Ferreira Oliveira Araujo e Ygo Aquino Brito.
- **Estudo da Viabilidade da Implantação de um Biodigestor nas Aldeias Limão Verde e Buritizinho - Biogás como Alternativa ao Gás de Cozinha** - Projeto desenvolvido pela estudante indígena Sara Yasmim Peixoto Machado, pertencente a etnia Terena e residente na aldeia Limão Verde, a proposta era de melhoria de vida para sua comunidade. Apresentou seu projeto na Feira do Empreendedor no Sebrae para dar visibilidade e tentar ganhar parceiros para desenvolver de fato o projeto em sua comunidade. O que motivou a estudante foi a falta de saneamento nas aldeias, não tendo coleta seletiva de lixo, buscando proporcionar o desenvolvimento sustentável dentro de sua comunidade. (Andrade, 2018)

- Ao trazer esses dados das atividades realizadas no campus nos remete ao que Pacheco diz sobre Institutos Federais como rede social, essa rede acontece a partir da relações sociais, do contato entre as culturas, “à absorção de novos elementos, objetivando sua renovação permanente” (Pacheco, 2011, p.22). A pesquisa científica dentro do IF tem uma correlação com a extensão contribuindo com o convívio social e a construção de uma nova consciência para as populações que foram ao longo dos anos marginalizadas.

O Documento Base da Educação profissional técnica de nível médio integrado ao Ensino Médio, publicado pelo MEC em 2007, define:

[...] o primeiro sentido do ensino médio integrado, de natureza filosófica, que atribuímos à integração. Ele expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade. (Brasil, 2007, p. 40)

Destacamos a especificidade dos cursos integrados, definidos em lei, que tendem a singularizar a oferta do ensino profissionalizante. A integração do curso técnico profissionalizante ao ensino médio advém do ideal que aproxima a escola à realidade do estudante, sem eximir-se da responsabilidade da educação de preocupar-se com a transformação social e construção do senso crítico.

Por isso ressaltamos a importância de oferecer, abrir espaços para que ocorram as trocas, as falas, para que de fato aconteça o processo de inclusão desses povos que foram historicamente marginalizados. No processo de inclusão ou exclusão estão sendo produzidas as identidades sociais, de acordo com o Documento Base da Educação Profissional:

[...] a construção e a atualização de projetos pedagógicos, as condições e o tamanho da oferta dos cursos são aspectos para os quais muito têm a contribuir os movimentos sociais, a exemplo do que se tem reivindicado e avançado no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e das comunidades indígenas, que identificam o ensino médio integrado como uma necessidade coerente com sua realidade. (Brasil, 2007, p. 32)

Salienta-se que os movimentos sociais são articuladores fundamentais no planejamento e desenvolvimento sobre a educação profissional por terem experiências no campo de atuação. Acreditamos que investir em debates e discussões, incluindo os povos indígenas e suas especificidades, quanto ao próprio processo de aprendizagem, sua cultura e suas lutas se faz necessário para suprir a defasagem de conhecimento sobre os povos indígenas que ainda existem para muitos docentes e também para os próprios estudantes não indígenas.

Entendemos que o ambiente escolar é um dos vários lugares de representação e formação dos sujeitos, portanto se faz necessário a compreensão destes espaços enquanto lugar de diferentes pessoas, com seus costumes e culturas diferenciadas uns dos outros. Assim Walsh (2005) afirma que por ser a educação a base da formação humana e também ser um instrumento para prosseguimento, desenvolvimento, crescimento e libertação da sociedade, é um dos contextos mais importantes para desenvolver e promover a interculturalidade.

De acordo com Estevão (2021),

Embora as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica do século XXI sejam progressistas e tenham superado os limites do tecnicismo, apresentando como horizonte a formação omnilateral e a politecnia como recurso para uma educação plural e cidadã, não se pode esquecer que no Brasil, assim como em outros países da América e da África as instituições escolares foram forjadas sob um logos colonialista (Estevão, 2021, p. 21).

Entretanto, observa-se um avanço no que se refere a uma educação escolar indígena diferenciada, impulsionada pelo movimento indígena e a atuação de várias lideranças como Gersem Baniwa, Ailton Krenal, Daniel Munduruku e Edson Kaiapó discutindo a necessidade de descolonização do conhecimento.

CAPÍTULO III

RELATOS DE VIVÊNCIAS DOS ESTUDANTES INDÍGENAS NO IFMS CAMPUS DE AQUIDAUANA

Este capítulo tem por objetivo demonstrar a presença dos estudantes indígenas no IFMS/Campus de Aquidauana. Nesse sentido, apresentar os resultados das aplicações dos questionários, bem como das entrevistas realizadas com eles, tendo por base o método de roda de conversa que segundo Moura e Lima (2014),

[...] consistem em um método de participação coletiva de debate acerca de determinada temática em que é possível dialogar com os sujeitos, que se expressam e escutam seus pares e a si mesmos por meio do exercício reflexivo. (Moura; Lima, 2014, p. 101)

Portanto é um método que produz dados para que o pesquisador participe da conversa, enquanto sujeito, simultaneamente gerando informações para debate. Um momento de compartilhar experiências, reflexões sobre determinado tema, através da interação e diálogo entre os participantes. Através da roda de conversa buscamos apresentar as relações existentes entre os estudantes indígenas e não indígenas no contexto do IFMS.

Entre os 27 estudantes indígenas matriculados no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul/campus Aquidauana, nos cursos do Ensino Médio Integrado de Edificações e Informática, apenas 9 aceitaram participar desta pesquisa, e estão identificados por E1 a E9. Sete destes estudantes estão matriculados no Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Informática (seis no vespertino e 1 no matutino) e dois estudantes estão matriculados no Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Edificações (um no matutino e outro no vespertino), todos são da etnia terena.

Para conhecer a rotina estabelecida entre os estudantes indígenas para permanecerem no IFMS Aquidauana, foram realizadas algumas perguntas em forma de questionário para que pudessem responder livremente as mesmas. Assim a primeira questão realizada foi se morava na aldeia antes de ingressarem no IFMS, eles responderam:

Tabela 1- Questão 1

Estudante	Morava na aldeia antes de ingressar no IFMS	Aldeia
E1	Não	–
E2	Sim	Aldeia Cabeceira (Município de Nioaque)
E3:	Sim	Aldeia Aldeinha (Município de Anastácio)
E4	Sim	Aldeia Ipegue (Município de Aquidauana)
E5	Sim	Aldeia Ipegue (Município de Aquidauana)
E6	Sim	Aldeia Água Branca (Município de Aquidauana)
E7	Sim	Aldeia Água Branca (Município de Aquidauana)
E8	Sim	Aldeia Limão Verde (Município de Aquidauana)
E9	Não	

Fonte: Organizado por Lima, 2023.

Entre os 9 estudantes que responderam à questão, 7 responderam que moravam na aldeia e 2 que moravam na cidade. É possível perceber que a maioria deles se encontravam nas aldeias da região, sendo que 4 deles em aldeias localizadas na Terra Indígena Taunay/Ipegue, 1 na aldeia Limão Verde, na Terra Indígena de Limão Verde, terras indígenas que se encontram no município de Aquidauana. Assim como 1 residia na aldeia Aldeinha no município de Anastácio e 1 na aldeia Cabeceira na Terra Indígena Nioaque, no município de Nioaque.

Esse contexto possibilita afirmar as mudanças ocorridas nas rotinas dos estudantes indígenas, devido ao deslocamento da aldeia para a cidade e da cidade para a aldeia, as demais questões respondidas, auxiliarão na compreensão das mudanças geradas a partir de seus deslocamentos. Pois morar na aldeia implica em estudar na escola, na aldeia, junto com amigos e familiares, estar ambientado com a escola e com as pessoas que ali estão.

Ao saírem das aldeias para estudarem, pode-se dizer que ocorrem mudanças intensas na rotina, novas vivências, novos desafios, escola nova, exige de todos os estudantes um tempo para o processo de adaptação, na busca de meios para permanecerem na escola, diante de um novo contexto que implicará em novas formas e concepções de perceber o mundo, que dentro daquele contexto muito diferente das relações estabelecidas nas aldeias.

Em seguida, no quadro 2, a continuidade das perguntas, nesse caso: “onde residirá durante o tempo em que estudará no IFMS?” E as respostas seguem apresentadas a seguir:

Tabela 2- Questão 2

Estudante	Onde residirá durante o tempo em que estudará no IFMS
E1	Não respondeu
E2	Sozinho/a em imóvel alugado
E3:	Com parente na cidade
E4	Na aldeia
E5	Fiquei menos de 1 ano na aldeia e mudei para a cidade.
E6	Na aldeia
E7	Na aldeia
E8	Com parente na cidade
E9	Meus pais

Fonte: Organizado por Lima, 2023.

De acordo com as respostas é possível perceber diferentes contextos vividos pelos estudantes indígenas no IF, os que residem nas aldeias fazem uso do transporte oferecido pela prefeitura de Aquidauana e assim se deslocam diariamente das aldeias para as cidades, processo comum a eles. Assim, como morar na casa de parentes ou amigos para que possam estudar ou trabalhar na cidade.

Esse contexto, já foi demonstrado pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, em seu livro “Do índio ao bugre”, que desde a década de 70, 80 do século XX, já havia uma grande mobilidade dos Terena entre as aldeias e as cidades, pelos mais diferentes motivos, destacando-se o trabalho principalmente pelas mulheres que moravam nas casas de famílias não indígenas para trabalhar e nesse contexto quando os filhos eram permitidos a ficar junto, começavam a estudar na cidade. Realidade comum a muitos indígenas entre eles destacamos dois exemplos dentro desse contexto.

O primeiro deles diz respeito à vida de estudante de Luiz Henrique Eloy Amado, ou Eloy Terena, Secretário Executivo do Ministério dos Povos Indígenas no governo do presidente Lula. Assim, ele mesmo informa em sua tese de doutorado:

Em 1995, aos 7 anos de idade, ingressei na primeira série do Ensino Fundamental no Núcleo Escolar Feliciano Pio, escola indígena da Aldeia

Ipegue. Estudei ali até a quarta série. Quando terminei a quarta série, tive que tomar algumas decisões, pois naquela época poucas eram as chances de sair da aldeia para estudar, algo que já havia sido apontado pelo professor indígena Jonas Gomes. Ou parava de estudar e ia cortar cana nas usinas, o que era bastante comum na comunidade; ou simplesmente ficava na comunidade e tentava viver da roça, o que é muito difícil.

Assim, para continuar meus estudos, contei com a ajuda decisiva de minha mãe que, a essa altura, já estava separada de meu pai. Minha mãe casou-se com meu pai em 1980, e os dois divorciaram-se em 1991, quando eu tinha apenas 3 anos de idade. A partir daí, minha mãe acabou criando a mim e às minhas três irmãs – Val Eloy, Simone Eloy e Glaucinéia Eloy – sozinha, contando apenas com a ajuda de meus avós maternos. Minha mãe decidiu nos levar para a cidade, no intuito de garantir a continuidade de nossos estudos. No primeiro momento, arranjou um emprego como doméstica, e passamos a morar nos fundos da casa de uma família. Minhas irmãs Val e Simone começaram a trabalhar também e foram morar na casa das respectivas famílias em cujas casas atuavam. Essa atitude de minha mãe foi fundamental, e a partir de então passei a estudar numa escola pública localizada em Campo Grande. Até a oitava série, estudei na Escola Municipal Frederico Soares, e meu Ensino Médio foi concluído na Escola Estadual Arlindo de Andrade Gomes (Amado, 2020, p. 16-17).

Desta forma, como bem descreve Amado é possível perceber que a rotina de ir e vir das aldeias, seja para estudar, trabalhar, ou de qualquer outra necessidade do grupo, não é algo novo, Ainda nesse sentido, as experiências do pesquisador Terena Wanderley Dias Cardoso:

A ideia de pesquisar a relação entre a educação escolar e o desenvolvimento da aldeia indígena Limão Verde, município de Aquidauana, MS, decorre de minha ligação com esta comunidade, como filho do lugar, nascido ali. Fui estudante no final de 1970 e início de 1980, quando o, então, Núcleo Escolar de Limão Verde oferecia somente as séries iniciais do Ensino Fundamental. Na metade de 1982, cursando a 4ª série do ensino fundamental, fui levado para a cidade de Aquidauana para ir “acostumando” com a vida da escola na cidade, onde estudei até o ensino médio. Mesmo quando saí para estudar, mantive o contato com a comunidade, até porque a aldeia fica a 20 km da cidade e é relativamente fácil o acesso de bicicleta ou mesmo a pé (prática usada até hoje). As ligações da população indígena com a cidade eram e são de todo tipo: desde ir buscar frutas, até fazer parte de alguma turma de trabalhadores, como foi o meu caso, durante a sétima série, quando tive que ir para uma fazenda cafeeira para cumprir dois contratos (40 dias cada um) e, no segundo ano do ensino médio, quando fiz parte de duas turmas de corte de cana queimada (contratos de 60 dias), bem como participei de várias changas e empreitadas com parentes e patrícios. Quando terminei o ensino médio voltei para a aldeia para dar aula nas séries iniciais (Cardoso, 2004, p. 10).

Mais uma vez, constatou-se que o trajeto da aldeia para a cidade já acontecia, inclusive para que pudessem estudar na cidade, não sendo esse um contexto novo. Porém destaca-se que algumas das atividades, principalmente aquelas vinculadas aos transportes, foram

vencidas pelos Terena, que atualmente contam com transporte público fornecido pela prefeitura de Aquidauana para os estudantes, do IFMS e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS. Assim como demais formas de transportes coletivos e individuais que conquistaram ao longo dos anos.

A questão seguinte foi se “houve mudança de residência, o que você sente com esta mudança?” Como demonstrada na tabela a seguir, também aborda contexto que foram explicados por meio das citações anteriores, pois as respostas dos estudantes indígenas do IFMS, também são refletidas pelos estudantes indígenas anteriores.

Tabela 3- Questão 3

Estudante	Se houve mudança de residência, o que você sente com esta mudança?
E2	Me senti deslocada pois estava em um ambiente totalmente diferente do que de costume, longe de casa, da minha cultura e de certa forma sem tal liberdade de como vivia na zona rural.
E3	Me sinto bem agora, não gosto muito de mudanças.

Fonte: Organizado por Lima, 2023.

Estes questionamentos foram realizados para entender se os estudantes tinham deixado de residir na aldeia, e como esse processo foi vivenciado por eles. As duas respostas afirmativas demonstraram relativamente as dificuldades que vivenciaram para prosseguir com os seus estudos. Por meio da resposta do estudante E2 fica evidente a dificuldade de interação e de adaptação ao novo endereço, para além dessas questões apontadas ainda tem as dificuldades com o investimento financeiro que é necessário para permanecerem na cidade de Aquidauana.

Com a finalidade de entendermos quais são os sujeitos motivadores para o ingresso no campus, foram questionados primeiramente, sobre, por que escolheu o IFMS, nas respostas os estudantes mencionaram dentre a qualidade do ensino e da infraestrutura da instituição até o sonho de vir para o IFMS. As respostas podem ser observadas a seguir:

Tabela 4 – Questão 4

Estudante	Por que você escolheu o IFMS?
E1	Porque me disseram que era a escola que tinha a melhor infraestrutura dentre as escolas de ensino médio aqui da cidade.

E2	O IFMS é um órgão público que de certa forma tem uma qualidade de ensino avançada e escolhi a instituição por nada menos que esse motivo (qualidade de ensino).
E3	Porque desde pequena meu sonho era entrar no IFMS e eu estudei bastante desde então para poder entrar no IFMS!
E4	Para ter um melhor ensino
E5	Por conta do curso técnico integrado.
E6	Porque eu queria aprender coisas novas.
E7	É uma escola que tem segurança de outras escolas e eu achei legal.
E8	Para ter um ensino melhor.
E8	Uma boa escola.

Fonte: Organizado por Lima, 2023.

Nas respostas observa-se que o motivo pelo qual buscaram o IFMS é devido ao fato da qualidade do ensino ofertado e pela infraestrutura que a instituição possui. Na sequência foram questionados por que escolheu o curso e o que esperava deste curso escolhido, com estes questionamentos busca-se saber o que os moviam para buscar o IFMS - campus Aquidauana. Pelas respostas, os estudantes indígenas consideram o IFMS - campus Aquidauana uma instituição onde o ensino médio é o melhor da região, podendo propiciar oportunidades para um futuro profissional e pessoal próspero.

Tabela 5 – Questão 5

Estudante	Por que você escolheu este curso?
E1	Porque me disseram que seria um bom ensino médio, que poderia me preparar para o Enem, além de trazer um curso técnico que poderia me ajudar no futuro. E porque na época em que entrei queria muito aprender sobre informática.
E2	Escolhi fazer informática porque essa área vai me ajudar em situações futuras como por exemplo faculdade, além de ser uma área que cresce cada vez mais no mercado de trabalho.
E3	Porque eu gosto do curso.
E4	Porque eu gosto dessa área.
E5	Por querer mais sobre o curso e do que ele se tratava.
E6	Por eu gostei
E7	Eu achei muito interessante e legal
E8	Porque tinha algo relacionado a tecnologia
E9	Achei interessante.

Fonte: Organizado por Lima, 2023.

As respostas das perguntas demonstram que havia interesse por parte dos alunos para estudar no IFMS, uma vez que o ensino médio é oferecido nas escolas das aldeias, fica evidente portanto a escolha dos estudantes indígenas em deixarem as escolas das aldeias para ingressarem no IFMS, para isso fazem uso das ações afirmativas como já foi explicado anteriormente.

Além disso, também podemos destacar o interesse dos Terena pelo acesso à educação seja do ensino fundamental, do ensino médio, do técnico ou do ensino superior, cada vez mais estão acessando as escolas e as universidades. Esse contexto, é amplamente incentivado pelo movimento indígena, mais especificamente pela Grande Assembleia Terena⁸, que ocorre anualmente em uma das aldeias da região, sempre envolve os estudantes indígenas em suas pautas, compondo mesas redondas, participando da atividade da construção, da organização e da avaliação do evento, quando é produzido um documento com todas as pautas que realizaram e entre elas, destaca-se a da educação.

As assembleias têm se transformado em espaço importante, pois não têm apenas debatido a questão territorial, mas também abrangem a educação, a saúde, o meio ambiente, a sustentabilidade, a representação, a política, a juventude indígena e as demandas das mulheres – motivo por que têm contado com a participação de organismos tidos como aliados da luta dos povos indígenas (Amado, 1997, p. 96).

Assim, a presença dos estudantes indígenas é sempre incentivada na Grande Assembleia Terena. A participação dos jovens estudantes, aumenta a cada ano, com suas pautas de reivindicações cada vez mais organizadas. Dessa forma é possível compreender que o acesso à escola é uma escolha indígena.

Quanto a questão referente ao que se espera do curso, 7 estudantes indígenas responderam, como segue na tabela abaixo.

Tabela 6 – Questão 6

Estudante	O que você espera desse curso?
E1	-----
E2	Espero que o curso me traga benefícios na área do conhecimento sobre tal.
E3	Eu espero obter mais conhecimento sobre o curso de informática.
E4	Um bom futuro e uma boa carreira.

⁸ Ver trabalho de FAINHANE. Alice Pereira. Os Terena no movimento indígena: a constituição de sujeitos políticos em situação de alteridade e adversidade. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) UFMS, Aquidauana, 2021.

E5	Espero conseguir aprender mais sobre a construção e assim, poder agregar no meu currículo.
E6	Aprender mais.
E7	Sair do IFMS formado em informática
E8	-----
E9	nada demais

Fonte: Organizado por Lima, 2023.

Diante disso, constatamos que o objetivo maior dos estudantes indígenas é a busca de um ensino melhor, proporcionando, desta forma, boas oportunidades futuras acadêmicas e no mundo do trabalho, uma vez que, um curso técnico garante mão de obra qualificada para o mercado de trabalho local. Novas oportunidades de trabalho e de conhecimento.

O ensino oferecido pelo IFMS, é muito diferente do que estavam acostumados em suas escolas anteriores, desde o contato com os professores e com a comunidade em geral, uma vez que nas demais escolas, estavam sempre com os colegas indígenas, próximos a sua realidade, convivência, com demais estudantes e professores indígenas. Contexto que foi completamente modificado com o ingresso em um dos cursos do IFMS, que exige o deslocamento diário da aldeia para a cidade e da cidade para a aldeia. Para além desse contexto todo ambiente escolar do IFMS, difere do ambiente escolar que eles estavam acostumados anteriormente.

Quando questionados sobre as escolas onde estudaram e como era o ensino anterior deram as seguintes respostas:

Tabela 7 - Questão 7

Estudante	Onde cursou o Ensino Fundamental?	A escola era?
E1	Cidade	Até o 7º ano em escola particular, daí concluí em escola pública
E2	Aldeia	Pública municipal
E3	Aldeia	Pública estadual
E4	Aldeia	Pública municipal
E5	Tanto na cidade, como na aldeia	Pública estadual municipal e estadual
E6	Aldeia	Pública municipal

E7	Aldeia	Pública municipal
E8	Aldeia	Pública municipal
E9	Cidade	Pública estadual

Fonte: Organizado por Lima, 2023.

Dentre as 9 respostas, 6 responderam que estudavam em escolas das aldeias, 2 que estudaram na cidade e 1 que estudou na aldeia e na cidade. Entre os 9 estudantes, 8 deles iniciaram e terminaram o ensino fundamental em escola pública e apenas um estudante que realizou boa parte do ensino fundamental na escola de rede particular e concluiu o ensino fundamental em escola pública.

Para além dessas questões, uma outra nesse sentido foi feita referente a reprovação no ensino fundamental, todos responderam que não reprovaram.

Tabela 8 - Questão 8

Estudante	Reprovou no fundamental?
E1	Não
E2	Não
E3	Não
E4	Não
E5	Não
E6	Não
E7	Não
E8	Não
E9	Não

Fonte: Organizado por Lima, 2023.

Mapear essas informações permitiram conhecer um pouco mais da rotina dos estudantes indígenas que ingressaram no IFMS Campus de Aquidauana, nesse sentido as questões prosseguiram.

Tabela 9 - Questão 9

Estudante	Como era a sua escola e o ensino lá ?
E1	Na escola particular, era bom, tínhamos bons professores, uma boa infraestrutura, em comparação a escola pública, porque lá não tínhamos quadra de esportes e muitas vezes alguns professores não compareciam para dar as aulas. Além das vezes que faltava água e éramos dispensados.

E2	Ela era e ainda é uma escola que está tentando resgatar a cultura do meu povo e que tem tido muito sucesso quanto a isso, o ensino é bom mas infelizmente está um pouco atrasada em vista de outras escolas.
E3	Era um ensino relativamente bom comparado a outras escolas em que eu já havia estudado
E4	Tinha uma boa estrutura e um bom ensino
E5	O ensino e a qualidade da educação eram bons
E6	Era boa
E7	Era no espaço da quadra de esportes que eu estudava enquanto a escola estava em reforma.
E8	-----
E9	Mais ou menos

Fonte: Organizado por Lima, 2023.

Os questionamentos realizados sobre a escola e o ensino fundamental que cursaram permitiram identificar o histórico do ensino fundamental destes estudantes, constatando se vieram de escolas públicas, particulares se o ensino foi todo nas escolas das aldeias e como eles identificam estas escolas. Nos relatos da maioria as escolas eram públicas e nas aldeias, citam sendo escolas boas, com ensino bom. Apenas o E2 traz em sua resposta que a escola onde frequentou o ensino fundamental tentava resgatar a cultura do seu povo. O estudante E1 foi o único que estudou a maior parte em escola particular e faz uma comparação entre o ensino público e particular, onde relata sobre o bom ensino, estrutura da escola particular comparado ao da escola pública.

No intuito de levantar se houve dificuldades com as unidades curriculares do curso escolhido, questionou-se os estudantes indígenas quanto às disciplinas que possuem mais dificuldade e a que mais gostam, podemos identificar que tanto as disciplinas do núcleo comum quanto as do eixo técnico empatam nas que possuem dificuldades e as que mais gostam:

Tabela 10 – Questão 10

Estudante	Tem dificuldade em alguma disciplina? Qual disciplina tem dificuldade?
E1	Sim. Física e nas linguagens de programação
E2	Sim. Matemática é a principal disciplina na qual eu tive muita dificuldade desde quando entrei na instituição.
E3	Sim. Inglês
E4	Sim. Algoritmo, inglês.
E5	Não

E6	Sim. Matemática
E7	Sim. Inglês
E8	Sim. Algoritmo
E9	Não

Fonte: Organizado por Lima, 2023.

As dificuldades apontadas nas respostas das questões evidenciam um contexto bem comum entre os estudantes indígenas e não indígenas do IFMS/ Campus de Aquidauana. Para os alunos indígenas talvez seja um pouco mais difícil, porque ainda estão se adaptando a um novo contexto social que é a vivência com alunos e professores não indígenas, com rotinas de estudos diferentes das que estavam acostumados a vivenciar nas escolas que estavam localizadas em ambientes que lhes eram comuns as aldeias. Onde professores e alunos possuíam laços mais próximos de convivências, o que se pode dizer facilitava a compreensão de contextos que não são tão comuns no IFMS.

Nesse sentido os professores do IFMS/ Campus de Aquidauana também não estão preparados para lidar com contextos diferentes daqueles que estão acostumados, pois a timidez para a relação de perguntas ainda é muito presente entre os estudantes indígenas, eles não têm por hábitos fazerem perguntas, são mais calados que os outros em sala de aula. Quando tem mais de um estudante indígena na mesma sala, sentam-se próximos, ficam sempre juntos inclusive para realizar as atividades propostas em sala de aula. Falam pouco, observam muito a realidade que nem sempre é percebida pelos professores em sala de aula.

Entre os colegas estudantes de sala nem todos estão abertos para a realização dos trabalhos em grupos, incluindo neles os estudantes indígenas, isso ocorre por diferentes motivos, entre eles a falta de comunicação é facilmente percebida, pois os grupos de estudantes quando se formam, na maioria das vezes, são grupos de estudantes indígenas e grupos de estudantes não indígenas, realidade que aos poucos tem sido modificadas, mas ainda de forma lenta, em um universo em média de 500 estudantes, entre os quais 27 são indígenas e estão inseridos em diferentes cursos do ensino médio, a sua presença e permanência do IFMS/ Campus de Aquidauana, já é por si só um ato de resistência, de se posicionar diante da colonialidade do poder e seguir.

Fazer esses enfrentamos, permite compreendê-los como provocação para o estabelecimento da interculturalidade, aqui compreendida segundo Walsh (2009, p. 14), “entendida como processo e projeto social, político, ético e epistêmico”. Ainda segundo a autora:

A interculturalidade clareia horizontes e abre caminhos que enfrentam ao colonialismo ainda presente, e convidar a criar posturas e condições, relações e estruturas novas e diferentes. Me refiro a este processo de luta quando uso o termo “decolonial”. (...) A interculturalidade é um projeto que por necessidade convoca todos os preocupados com os padrões de poder que mantém e seguem reproduzindo o racismo, a racialização, a desumanização de alguns (...) a subalternização de seres, saberes e formas de viver. Seu projeto é a transformação social e política, a transformação das estruturas de pensar, atuar, sonhar, ser, estar, amar e viver. (2009, p. 14).

Nesse sentido, compreende-se que as ações dos estudantes indígenas em sair de suas aldeias para estudarem, interagindo com o universo de saberes não indígenas faz parte das ações que provocam as reflexões em torno do processo de interculturalidade compreendido por Walsh.

As questões sobre as experiências dos estudantes indígenas no IFMS, seguem:

Tabela 11- Questão 11

Estudante	Quais disciplinas você mais gosta?
E1	História, Português, Educação Física, Artes, Sociologia, Filosofia
E2	Física, história e metodologia de pesquisa.
E3	As disciplinas técnicas, matemática, português, geografia, etc...
E4	Desenvolvimento web, português, matemática.
E5	Matérias técnicas
E6	Língua portuguesa
E7	De todos menos o inglês
E8	Desenvolvimento de web 1
E9	Ed.física

Fonte: Organizado por Lima, 2023.

Os professores do IFMS possuem uma determinada carga horária destinada para o atendimento dos alunos do instituto, nesse sentido os estudantes indígenas foram questionados se eles frequentam os horários dos atendimentos dos professores para Observa-se que mesmo tendo estes horários de atendimento (cada professor possui uma determinada carga horária destinada para o atendimento dos alunos do Instituto Federal, horário disponível para tirar dúvidas quanto aos conteúdos) disponíveis, a maioria dos

estudantes respondeu que não fazem uso desse recurso oferecido para todos os alunos do IFMS. De acordo com as suas respostas, por questões de distância de suas residências, tendo em vista que estes horários são no contraturno de suas aulas. Esse contexto também pode ser compreendido pelas dificuldades de transporte dos estudantes, pois Aquidauana não possui transporte coletivo, dessa maneira a forma de chegar até o IFMS, é com transporte próprio ou a pé, a falta de recurso financeira para a permanência do instituto também é um dos impeditivos da frequência dos alunos na atividade.

Os estudantes E1 e E8 não responderam à questão. Quando questionados sobre dedicar algum tempo para estudo em casa, os estudantes E1 e E9 responderam que não realizam estudos em casa. Os demais estudantes responderam que sim, dedicam algum tempo para estudar em casa.

Quando questionados sobre o meio de transporte utilizado por eles para deslocamento até o IFMS/ campus Aquidauana, obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 12 – Questão 12

Estudante	Qual meio de transporte está sendo utilizado no percurso até a instituição de ensino?
E1	Carro/ Moto própria, Moto táxi, Bicicleta
E2	Bicicleta
E3	Carro/ Moto própria
E4	Ônibus
E5	Carro/ Moto própria, Bicicleta
E6	Ônibus
E7	Ônibus
E8	Carro/ Moto própria
E9	Carro/ Moto própria

Fonte: Organizado por Lima, 2023.

Como já foi informado anteriormente o ônibus utilizado por alguns dos estudantes indígenas para o percurso até o IFMS é fornecido pela prefeitura de Aquidauana para os alunos que moram nas aldeias, uma vez que, a cidade não possui transporte coletivo. As respostas demonstram que todos, ainda que com alguma dificuldade, têm condições de transporte para o acesso ao IFMS.

No questionamento sobre se teria vergonha em buscar ajuda com os profissionais do IFMS, todos disseram que não sentem vergonha e quando necessitam de alguma ajuda na instituição procuram pelos órgãos responsáveis assim como com os professores e alunos colegas de sala

Tabela 13 - Questão 13

Estudante	Você tem ou teria vergonha de buscar ajuda dos profissionais que trabalham no IFMS quando precisa?
E1	Não
E2	Não
E3	Não
E4	Não
E5	Não
E6	Não
E7	Não
E8	Não
E9	Não

Fonte: Organizado por Lima, 2023.

Como já mencionado anteriormente os alunos quando necessitam de auxílio vão buscá-lo junto aos órgãos responsáveis no IFMS, pedem ajuda para os professores e para os colegas de sala também, não especificaram exatamente o que seria essa ajuda.

Tabela 14 - Questão 14

Estudante	Quando você precisa de ajuda no IFMS a quem você costuma recorrer?
E1	Professor, Colega de classe, NUGED (Pedagogas, Assistente Social, Psicóloga, Enfermeira), Coordenação
E2	Professor
E3	Professor, Colega de classe, NUGED (Pedagogas, Assistente Social, Psicóloga, Enfermeira)
E4	Professor, Colega de classe, NUGED (Pedagogas, Assistente Social, Psicóloga, Enfermeira)

E5	Professor, Colega de classe, NUGED (Pedagogas, Assistente Social, Psicóloga, Enfermeira), Coordenação, Direção de Ensino
E6	Professor
E7	Professor
E8	Colega de classe
E9	Professor, Colega de classe

Fonte: Organizado por Lima, 2023.

Observa-se que eles sabem a quem procurar, caso necessite de alguma ajuda sabem a quem recorrer na instituição, como o NUGED - Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional.

Nos questionamentos sobre a compreensão da língua portuguesa todos disseram que sim, compreendem bem.

Quanto aos conhecimentos sobre internet e computador, todos disseram que sabem utilizar a internet, oito estudantes sabem usar o computador, apenas um disse que sabe mais ou menos. Em relação a saber usar a internet, todos disseram que sabem e todos possuem celular com internet.

Levando em consideração o fator financeiro, os estudantes foram questionados sobre a necessidade de receberem ajuda financeira e o que seria mais urgente para se manterem na instituição, a maioria respondeu que sim, que necessitam de auxílio financeiro para se manterem no instituto.

Tabela 15 - Questão 15

Estudante	Você necessita de ajuda financeira do IFMS para conseguir se manter na escola?
E1	Não
E2	Sim
E3	Sim
E4	Sim
E5	Não
E6	Sim
E7	Sim
E8	Sim
E9	Não

Fonte: Organizado por Lima, 2023.

Tabela 16 - Questão 16

Estudante	O que é mais urgente para você (numere em ordem de prioridade, sendo 1 maior prioridade e 7 menores prioridade)
E1	Não
E2	Sim. Ajuda financeira para moradia; ajuda para se adaptar à nova vida no IFMS e na cidade; ajuda para fazer os trabalhos escolares; ajuda para aprender a língua portuguesa
E3	Sim. Ajuda financeira para transporte (para poder vir para a escola); Ajuda financeira para alimentação; Ajuda financeira para moradia; ajuda para se adaptar à nova vida no IFMS e na cidade; ajuda para fazer os trabalhos escolares; Ajuda financeira para remédios, óculos ou tratamento de saúde; ajuda para aprender a língua portuguesa.
E4	Sim. Ajuda financeira para alimentação; ajuda para aprender a língua portuguesa; ajuda para se adaptar à nova vida no IFMS e na cidade; Ajuda financeira para remédios, óculos ou tratamento de saúde; Ajuda financeira para moradia; ajuda para fazer os trabalhos escolares; Ajuda financeira para transporte (para poder vir para a escola)
E5	Não
E6	Sim. Ajuda financeira para transporte (para poder vir para a escola).
E7	Sim. Ajuda financeira para transporte (para poder vir para a escola).
E8	Sim. Ajuda para se adaptar à nova vida no IFMS e na cidade; Ajuda financeira para moradia; Ajuda financeira para transporte (para poder vir para a escola); Ajuda financeira para alimentação; Ajuda para fazer os trabalhos escolares; Ajuda para fazer os trabalhos escolares; Ajuda financeira para remédios, óculos ou tratamento de saúde; Ajuda para aprender a língua portuguesa.
E9	Não

Fonte: Organizado por Lima, 2023.

Podemos observar que seis dos estudantes relataram que necessitam de ajuda financeira. Elegendo entre as prioridades a ajuda financeira para o transporte, como já foi mencionado anteriormente o IFMS, fica distante do centro da cidade de Aquidauana e além disso não existe transporte coletivo, público ou privado na cidade, assim chegar até ao instituto nem sempre é fácil dentro desse contexto. Nas respostas às questões anteriores eles também apontaram vão de ônibus, lembrando que esse ônibus é o que transporta os estudantes indígenas das aldeias para o IFMS, e também para a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, Campus de Aquidauana/CPAQ, atividade realizada pela prefeitura da cidade.

Em seguida na lista de prioridades foi eleita ajuda para se adaptar à nova vida no IFMS e na cidade; alimentação e moradia. Nesse item é possível perceber as dificuldades enfrentadas pelos estudantes indígenas, pois para se estabelecerem na cidade precisam de um local para morar, em alguns casos, moram com parentes e ainda que morem com parentes, auxiliam nas despesas da casa. Outros alugam quitinetes e precisam arcar com as despesas de aluguel, água, luz e tudo mais que isso envolve sozinho.

Nessa perspectiva os auxílios ofertados no IFMS/ campus Aquidauana através do Programa de Assistência Estudantil são: Auxílio Alimentação no valor de R\$ 200,00; Auxílio Moradia no valor de R\$ 200,00 e o Auxílio Indígena e Quilombola no valor de R\$ 130,00. Não é suficiente para atender as demandas necessárias dos estudantes indígenas.

Para participar do processo seletivo precisa-se dos requisitos: estar matriculado e frequentando regularmente o curso, no mínimo três disciplinas presenciais, não ter reprovado por falta no semestre anterior em mais de duas disciplinas, renda familiar per capita que não ultrapasse um salário mínimo e meio, portanto não é garantido que todos irão conseguir o auxílio, eles passam por um processo de seleção.

Seguindo com as questões, mas agora por meio da roda de conversa, que ocorreu com todos os estudantes juntos, após as perguntas as respostas que deram seguem adiante.

A primeira pergunta realizada nesse contexto foi: **Seus colegas de classe já fizeram algo que você não gostou ou gostou muito? Por quê?**

A maioria respondeu que não, que os colegas de turma não fizeram nada que eles tenham ou não gostado. Pois na maioria das vezes entram na sala, se sentam no fundo próximos a outros alunos indígenas quando é possível, porque nem todos estudam juntos.

Ainda sobre essa questão, um estudante respondeu que sim, que aconteceu algo que não gostou. Ao relatar informou que: “uma vez me disseram ‘vai atirar flecha’ e o colega em questão fez claramente num tom ofensivo”. O estudante não procurou ninguém na instituição para relatar o ocorrido.

Ao serem questionados sobre a convivência no IF com os outros colegas, as respostas de modo geral foram que sempre tiveram uma boa relação com os colegas de turma, mas que a convivência e novos amigos são bem poucas. Se sentem acolhidos pelos colegas.

Ao perguntar sobre a rotina no IF, os estudantes que residem na aldeia disseram que saem por volta das 11h00 para chegarem na instituição às 13h00, o ônibus passa por todas as aldeias, quando o ônibus falta, quem tem condição de pagar algum meio de transporte vem para a aula, os que não tem uma condição financeira boa, acabam faltando a aula. Relataram que ocupam os espaços da biblioteca para estudarem e os laboratórios também. Apenas 1 dos

estudantes relatou que como está só fazendo as dependências, sua rotina é mais flexível, nem todos os dias vem para o IF. No intervalo, os estudantes que vêm das aldeias ficam entre eles, não frequentam os horários de atendimento (cada professor possui uma determinada carga horária destinada para o atendimento dos alunos do Instituto Federal, horário disponível para tirar dúvidas quanto aos conteúdos).

Quando questionados sobre algo que aconteceu na instituição que fez com que se sentissem bem ou não, os estudantes das aldeias lembraram que houve uma vez em que o ônibus atolou no caminho e chegaram muito tarde em suas residências, naquele dia tinham um trabalho para ser entregue até às 00h00, entretanto o professor acabou adiando a entrega do trabalho para que não fossem prejudicados. Um outro estudante lembrou das confraternizações que eram feitas com a turma, lanche compartilhado, cada um trazia algo.

Ao serem indagados sobre qual contribuição o IFMS pode fazer para contribuir com o sucesso escolar deles, um dos estudantes lembrou de um projeto, o PROIRA - Projeto Interdisciplinar de Recuperação da Aprendizagem, que consistiu em recuperar a aprendizagem dos estudantes que estavam com dependência - reprovação em alguma disciplina.

Quando questionados se teriam algo a acrescentar na conversa, nenhuma informação foi acrescentada por eles.

A partir das respostas dos estudantes indígenas reunimos alguns assuntos levantados por eles e que podem contribuir para a convivência, diálogo e formação destes dentro do IFMS/ campus Aquidauana.

Inicia-se com o transporte, pois este tema apareceu algumas vezes como transtorno, levando em consideração que não possuímos transporte público, muitas vezes quem mora longe e dependendo da situação acabam não conseguindo fazer a locomoção, principalmente quem reside nas aldeias. Não conseguem participar de atividades desenvolvidas no contraturno, como por exemplo os horários de atendimento (cada professor possui uma determinada carga horária destinada para o atendimento dos alunos do Instituto Federal, horário disponível para tirar dúvidas quanto aos conteúdos).

Outro contexto que foi possível perceber foi a interação, isso porque com o ingresso dos estudantes indígenas se faz necessário criar espaços de interação, convivência e diálogo entre os demais estudantes para que tenham este momento de se relacionarem e também para que não ocorram os tipos de ofensas que foi relatado por um dos estudantes na roda de conversa.

Rendimento escolar: Um dos estudantes lembrou de um projeto PROIRA (- Projeto Interdisciplinar de Recuperação da Aprendizagem, que consistiu em recuperar a aprendizagem dos estudantes que estavam com dependência - reprovação em alguma disciplina), que ocorreu logo após retornarem para o presencial pós pandemia COVID19, o projeto foi feito durante as férias e consistia em recuperação de aprendizagem para todos os estudantes.

De acordo com Luciano (2006) as escolas de Ensino Médio tem sido algo desafiador, pois na maioria das vezes segue o modelo do Ensino Médio das cidades, onde os próprios estudantes indígenas veem a diferença do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, onde relatam que “o Ensino Fundamental é o lugar onde se “estudam as culturas indígenas” e o Ensino Médio é o lugar de “aprender conhecimentos importantes””(p.161).

Portanto o Ensino Médio para os estudantes indígenas é observado como um preparo para as atividades profissionais e para o Ensino Superior, simbolizando a “passagem da vida de aldeia para a vida não-indígena” (Luciano, 2006, p. 162)

Por meio dos questionamentos realizados, verificamos os temas citados que se manifestam nos discursos dos estudantes e que podem ser dificuldades encontradas para sua permanência na instituição, como o transporte, interação e diálogo entre os estudantes não indígenas e a recuperação da aprendizagem. Desta maneira, se faz necessário um acolhimento e acompanhamento mais próximo dos estudantes indígenas, talvez criando-se ações de acolhimento, interação, dando oportunidades de manifestações dos próprios estudantes indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa acerca dos povos indígenas é de grande importância para contribuir com as relações estabelecidas entre a comunidade indígena e a instituição. Buscamos refletir sobre a presença dos estudantes indígenas Terena no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - Campus Aquidauana, compreender e constatar a permanência dos estudantes indígenas, buscando identificar os contextos vivenciados pelos estudantes nos cursos de Ensino Médio Integrado de Edificações e Informática do IFMS/ campus Aquidauana para se adaptarem à cultura escolar e ao cotidiano da instituição.

Buscamos em cada capítulo trabalhar os aspectos que permeiam estas relações. No primeiro capítulo apresentamos os fatos históricos que permeiam a Educação para os indígenas, contextualizando o processo de educação escolar para os povos indígenas, especificamente voltado para os Terena, no Mato Grosso do Sul, perpassando o contexto do SPI até a FUNAI.

No segundo capítulo buscamos apresentar sobre a implantação dos Institutos Federais enquanto Política Pública criada no governo Lula, apresentando um contexto desta implantação, principalmente em Aquidauana.

Já no terceiro capítulo, a partir das respostas dos estudantes indígenas, alguns pontos foram elencados para contribuir com a convivência, diálogo e formação dos estudantes indígenas, entre eles estão o transporte que é cedido pela prefeitura e que se caso falte, muitos não têm condição de vir para as aulas. Outro ponto citado seria a interação, se faz necessário criar espaços de entretenimento entre os estudantes, onde possam interagir com os outros estudantes não indígenas.

A metodologia utilizada foi pesquisa qualitativa bibliográfica e quantitativa, utilizamos como procedimentos metodológicos levantamento bibliográfico, aplicação de questionário e roda de conversa com os estudantes indígenas. Dos 27 estudantes que constam como matriculados nos cursos de Ensino Médio Integrado, 9 aceitaram participar da pesquisa.

Conforme demonstrado no mapa da página 37, o campus Aquidauana possui proximidade com os territórios indígenas da região e atende tanto os estudantes indígenas das aldeias quanto os que residem nos bairros de Aquidauana e nas cidades vizinhas, o mapeamento nos possibilitou enxergar os lugares de residência de cada estudante indígena, bem como visualizar quantidade de estudante indígena por curso.

Nesta perspectiva, a pesquisa buscou refletir sobre a presença dos estudantes indígenas Terena no Instituto Federal – Campus Aquidauana/ MS, identificando os contextos vivenciados pelos estudantes indígenas para sua permanência e conclusão nos cursos de Ensino Médio Integrado em Edificações e Informática do IFMS/ campus Aquidauana.

Constatou-se por meio dos questionamentos realizados, que o transporte escolar e a interação entre outros estudantes são fatores que contribuem para a convivência, diálogo e formação dos estudantes indígenas dentro do IFMS/ campus Aquidauana, porém a inexistência destes fatores, o transporte, interação e diálogo entre os estudantes não indígenas e a recuperação da aprendizagem, podem contribuir também para a evasão dos estudantes indígenas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luiz Edmundo Vargas de; PACHECO, Eliezer Moreira. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como Política Pública. In: ANJOS, Malta Brandão dos; RÔÇAS, Giselle.(Org.). **As Políticas Públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Natal: IFRN, 2017.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os Índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, Coleção FGV de bolso, Série História 2010.

AMADO, Luiz Henrique Eloy. **Despertar do Povo Terena para os seus Direitos: MOVIMENTO INDÍGENA E CONFRONTO POLÍTICO EM MATO GROSSO DO SUL**. Dourados/MS: MovimentAção, 2017. v. 4, nº. 6, p. 83-104.

_____, Luiz Henrique Eloy. **Situação jurídica das terras Terena em Mato Grosso do Sul**. Tellus, Campo Grande: 2020, ano 20, n. 41, p. 11-34, jan./abr. 2020.

ANDRADE, Silvio. **MSGÁS analisa apoio a projeto inédito de biogás para atender aldeia**. 17 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/economia/msgas-analisa-apoio-a-projeto-inedito-de-biogas-para-atender-aldeia>>. Acesso em 26 de junho de 2023

ANTONIO, Leosmar; SANT'ANA, Graziella Reis de; MELO, Aislan. Vieira de. (Orgs.). **O curso Agricultor Agroflorestal na promoção da autonomia Terena: uma articulação entre a Família GATI (Organização CAIANAS), Projeto GATI e IFMS/PRONATEC**. – Brasília: Projeto GATI/FUNAI, 2016. 79 p.

BALTAZAR, Paulo. **O Processo Decisório dos Terenas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BANIWA, Gersem dos S. L. **Educação para Manejo e Domesticação do Mundo: entre a escola ideal e a escola real – Dilemas da Educação Indígena do Alto Rio Negro**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, 2011. p. 209.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. **História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang**. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 30, nº 60, 2010.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Processos e práticas educativas dos povos ameríndios no Brasil: um olhar a partir de pesquisas contemporâneas**. Arquivos de Análise de Políticas Educacionais/Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 29 de outubro de 2012. ISSN: 1068-2341. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275022797034>>. Acesso em 23 de outubro de 2023.

BOCCARA, Guillaume. **Mundos Nuevos en las Fronteras del Nuevo Mundo: Relectura de los Procesos Coloniales de Etnogénesis, Etnificación y Mestizaje en Tiempos de Globalización**", Mundo Nuevo Nuevos Mundos, revista eletrônica, Paris, 2000.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: 2010c. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em:

_____. Ministério da Educação. Documento Referencial para a Educação Profissional Técnica de nível médio integrado ao Ensino Médio. **Documento Base**. Brasília: 2007. p. 40. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf Acesso em 25 de junho de 2021.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Documento Referencial para a Educação Profissional Técnica de nível médio integrado ao Ensino Médio. **Documento Base**. Brasília: 2007. p. 32. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf Acesso em 25 de junho de 2021.

_____. Ministério dos Povos Indígenas; **Fundação Nacional dos Povos Indígenas**. IFPE abre inscrições para curso de Pós- Graduação em Educação Intercultural Indígena-Quilombola. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. 19/07/2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/ifpe-abre-inscricoes-para-curso-de-pos-graduacao-em-educacao-intercultural-indigena-quilombola>> Acesso em

CARDOSO, Wanderley Dias. **Aldeia Indígena de Limão Verde: Escola, Comunidade e Desenvolvimento local**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, MS, 2004

CEVASCO, Maria Elisa. Quarta lição: a formação dos estudos culturais. In: _____. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.); CESARINO, Pedro de Niemeyer. **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: Editora UNESP, 2016, 1ª ed.

ESTEVÃO, Fernanda Léia Batista Souza. **Evasão, retenção e permanência de estudantes indígenas no campus Guajará-Mirim do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO**. 2021. Dissertação (Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, 2021. p.115 *apud* ESTEVÃO, 2021, p. 19

FAINHANE. Alice Pereira. **Os Terena no movimento indígena: a constituição de sujeitos políticos em situação de alteridade e adversidade**. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) UFMS, Aquidauana, 2021.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Laudo Pericial na Terra Indígena Limão Verde, 2008. In: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo 803.462/MS**. Rel. Min. Teori Zavascki. Segunda Turma. Brasília: 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: CALDART, Roseli Salete (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 267.

GARCIA, Adilso de Campos. **A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso (1845-1930)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) UFMS: Dourados, 2008.

GARCIA, Débora R. N. de Souza. **Evasão no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS): o curso superior de Tecnologia em Sistemas para Internet**. 2021. p. 88
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf

HALL, Stuart. Da Diáspora. **Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte/ Brasília: Ed.UFMG/ UNESCO, 2003.

IFB. **Curso de Licenciatura Intercultural Indígena**. Porto Seguro, 2016. Disponível em
<https://portal.ifba.edu.br/portoseguro/documentos/outros-documentos/ppc-linter-2016.pdf>
 Acesso em 13 de novembro de 2023.

IFMS. **Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul**. IFMS: 2019. Disponível em
<https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/regulamentos/regulamento-da-organizacao-didatico-pedagogica-do-ifms-versao-revogada.pdf/view>.

_____. **Programa de acompanhamento de egressos do IFMS**. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande: 2018.
<https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/programas/anexo-059-2018-aprova-programa-de-acompanhamento-de-egressos-do-ifms.pdf>

_____. Instrução Normativa N° 1 de 1 de abril de 2020. Disponível em
https://www.ifms.edu.br/ifms-contr-o-coronavirus/instrucao-normativa-1_2020-proen-rt_ifms-final.pdf

_____. Edital n° 060/2020 - Projeto alunos conectados MEC/RNP/PROEN/IFMS. Campo Grande/MS, 16 de outubro de 2020. Disponível em
<https://selecao.ifms.edu.br/edital/files/edital-no-060-2020-projeto-alunos-conectados-edital-no-060-2020-projeto-alunos-conectados.pdf>

_____. Edital n° 036/2020 - Kit alimentação escolar -PNAE - PROEN/IFMS. Campo Grande/MS, 06 de julho de 2020. Disponível em
<https://selecao.ifms.edu.br/edital/files/kit-alimentacao-escolar-pnae-edital-no-036-2020-proen-ifms-edital-no-036-2020-abertura.pdf> >

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. p. 150-151

LUTZ, Cleyton. **Projeto busca valorizar cultura e língua indígenas na internet**. 31 de outubro de 2019. Disponível em
<https://www.ifms.edu.br/noticias/projeto-busca-valorizar-cultura-e-lingua-indigenas-na-internet>
 Acesso em 26 de junho de 2023.

MARQUES, Cíntia Nardo. **Os Terena da Terra Indígena Limão Verde: história e memória**. Dourados: UFGD, 2012.

MIRANDA, Claudionor do Carmo. **Territorialidade e práticas agrícolas:** premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, MS, 2006.

MOURA, Noêmia dos Santos Pereira. **UNIEDAS:** o processo de apropriação do protestantismo norte-americano pelos Terena (1972-1993). Dissertação. UFMS: Dourados, 2001. O processo de terenização do cristianismo na Terra Indígena Taunay/Ipegue no século XX. Tese. UNICAMP: Campinas, 2009.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. Revista Temas, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 98-106, jan.-jun. 2014. Disponível em <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rteo/article/view/18338/11399>>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

MOSTRATEC. **Lendas e contos indígenas:** desenvolvimento de livro digital para valorização da língua e da cultura Terena; 2020. Disponível em: <<https://virtual.mostratec.com.br/projeto/lendas-e-contos-indigenas-desenvolvimento-de-livro-digital-para-valorizacao-da-lingua-e-da-cultura-terena/>> Acesso em 10 de outubro de 2023.

MÜLLING, Juliana da Cruz. **Educação Profissional com Indígenas:** possibilidades de corazonar e melhor viver. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018. p. 76

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do índio ao bugre:** o processo de assimilação dos Terena. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais:** diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal : IFRN, 2015

_____, Eliezer. (Org.). **INSTITUTOS FEDERAIS:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília, 2011, São Paulo, 2011. Editora Moderna.

PATAXÓ, Arissana. Educação Escolar Intercultural - Educação Escolar Indígena - Edson Kayapó. Youtube, 12 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gqiFpdda8F8> . Acesso em: 15 de agosto de 2022.

SANTOS, Jailson Alves dos. Política de expansão da RFEPCT: quais as perspectivas para a nova territorialidade e institucionalidade. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:** relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 113- 123.

SATO, Osvaldo. **IFMS garante recursos para implantar centro de futebol em Aquidauana.** 03 de junho de 2020. Disponível em <<https://www.ifms.edu.br/noticias/2020/ifms-garante-recursos-para-implantar-centro-de-futebol-em-aquidauana>>

SEIZER DA SILVA, Antonio Carlos. **Educação escolar indígena na Aldeia Bananal: prática e utopia.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, MS, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. **Entre nossos índios: chanés, terena, guanás laianas, guatós, guaycurus, caingangs.** São Paulo: Melhoramentos, 1931

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **A construção do território Terena (18970-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção.** 2003. Dissertação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dourados, MS, 2003.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad:** luchas (de)coloniais de nuestra época. Quito, Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya-Yala, 2009.

_____. **Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial:** insurgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. (org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas.** Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo.** Tradução André Glaser. São Paulo: Ed.Unesp, 2011. 420 p.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 239 p

ANEXOS**Anexo 1:****QUESTIONÁRIO**

Local: _____

Data: _____

Identificação (Conforme definido pelo participante da pesquisa [Res. 510/2016, Art. 9º]):

Data de nascimento: _____

1. Nome: _____ Idade: _____ Etnia: _____

2. Em qual curso você está matriculado?

 Técnico de Nível Médio Integrado em Informática Técnico de Nível Médio Integrado em Edificações

0. Por que você escolheu este curso?

 Contribuir com a comunidade da qual faz parte Mercado de trabalho/prestígio social Realização pessoal Influência da família ou de terceiros Outro _____

0. O que você espera desse curso?

—

0. Por que você escolheu o IFMS?

—

0. Onde cursou o Ensino Fundamental?

A) Aldeia Cidade

B) () Manhã () Tarde

0. A escola era:

() Particular

() Pública Municipal

() Pública Estadual

0. Reprovou no ensino fundamental?

() Não

() Sim, Quantos anos? _____

0. Como era a sua escola e o ensino lá?

0. Tem dificuldade em alguma disciplina?

() Não

() Sim. Qual (is)? _____

0. Quais disciplinas você mais gosta?

0. Você morava na aldeia antes de ingressar no IFMS?

() Sim. Qual? _____

() Não.

Se sim: Na aldeia tinha energia elétrica?

() Sim

() Não

0. Tinha acesso à internet?

() Sim

() Não

0. Onde você residirá durante o tempo em que estudará no IFMS?

() Com parente na cidade

() Na aldeia

() República

() Moradia estudantil

Sozinho/a em imóvel alugado

Outros: _____

0. O que você sente com esta mudança?

0. Qual meio de transporte está sendo utilizado no percurso até a instituição de ensino?

Ônibus

Carro/ Moto própria

Moto táxi

Bicicleta

A Pé

Carona

Outros: _____

0. Você compreende bem a Língua Portuguesa (fala e escrita)?

Sim

Não

0. Você sabe usar o computador?

Sim

Não

0. Você sabe usar a internet?

Sim

Não

0. Você tem celular com internet?

Sim

Não

0. Costuma dedicar algum tempo para estudo em casa?

Sim

Não

0. Você frequenta os horários de atendimento dos professores? Este horário ajuda no momento de tirar as dúvidas do conteúdo? Por quê?

0. Você tem ou teria vergonha de buscar ajuda dos profissionais que trabalham no IFMS quando precisa?

Sim. Por que? _____

Não

0. Você necessita de ajuda financeira do IFMS para conseguir se manter na escola?

Sim

Não

0. O que é mais urgente para você (numere em ordem de prioridade, sendo 1 maior prioridade e 7 menor prioridade):

ajuda financeira para transporte (para poder vir para a escola)

ajuda financeira para alimentação

ajuda financeira para moradia

ajuda financeira para remédios, óculos ou tratamento de saúde

ajuda para aprender a língua portuguesa

ajuda para fazer os trabalhos escolares

ajuda para se adaptar à nova vida no IFMS e na cidade.

0. Quando você precisa de ajuda no IFMS a quem você costuma recorrer?

Professor

Colega de classe

Monitoria

NUGED

Coordenação

Direção de Ensino

Outros: _____

Perguntas norteadoras para a entrevista:

1. Seus colegas de classe já fizeram algo que você não gostou ou gostou muito? Por quê?

0. Como é a sua convivência no IF com os outros estudantes/ colegas?

0. Você poderia nos contar como é a sua rotina no IF?

0. O que seus professores já fizeram que fez com que você se sentisse bem? Por quê?

0. O que o IFMS pode fazer para contribuir com seu sucesso escolar?

0. Tem mais alguma informação que gostaria de acrescentar?

Anexo 2: TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PAIS/ RESPONSÁVEL
Conforme Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 do CNS – MS.
Conforme Resolução CNS nº 510 de 2016
Conforme Resolução CNS nº 304 de 2000

Permanência e formação dos estudantes indígenas nos cursos de ensino médio integrado do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul/ campus Aquidauana

A pessoa pela qual você é responsável está sendo convidada/o a participar da pesquisa intitulada “Permanência e formação dos estudantes indígenas nos cursos de ensino médio integrado do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul/ campus Aquidauana”, desenvolvida pela pesquisadora Janete Andrade de Lima endereço: Rua Benício Pereira Mendes, 1390, Vila Maior, Anastácio/ MS CEP: 79210-000, Telefone: (67) 99159-2741, e-mail: janete.lima@ifms.edu.br.

O objetivo central do estudo é “compreender e demonstrar a permanência dos/das estudantes indígenas nos cursos de ensino médio integrado do IFMS/ campus Aquidauana”.

O convite para a participação dele(a) se deve a “ser estudante do curso do ensino médio integrado do IFMS/ Campus Aquidauana”.

Consentir a participação dele (a) é ato voluntário, isto é, não obrigatório, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não que ele (a) participe, bem como retirar a sua anuência a qualquer momento. Nem você nem ele terão prejuízo algum caso decida não consentir com a participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas pelo participante.

Qualquer dado que possa identificar o participante será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre a participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A participação da pessoa pela qual você é responsável consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista/questionário à pesquisadora do projeto. A entrevista somente será gravada se houver a sua autorização e o assentimento do/da participante. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente 30 minutos e do questionário aproximadamente 20 minutos. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas as pesquisadoras. Provavelmente serão 2 encontros com o/a estudante para responderem o questionário em 1 dia e no outro a entrevista. A aplicação tanto da entrevista quanto do questionário será realizada presencialmente no IFMS/ campus Aquidauana. O questionário será realizado pela plataforma do google forms, porém se não for possível a utilização dos computadores no IFMS, faremos questionários impressos.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, sob guarda e responsabilidade do pesquisador responsável, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CNS nº466/2012.

Benefícios relacionados com a participação nesta pesquisa: não terá benefícios pessoais diretos ao participar da pesquisa, porém contribuirá para compreendermos a permanência dos/as estudantes indígenas nos cursos de ensino médio integrado do IFMS, assim como identificarmos os contextos vivenciados por eles/as em seu processo de formação, para realização de novas pesquisas sobre o tema e para a sociedade em geral.

O pesquisador não terá nenhum benefício pessoal/financeiro com esta pesquisa, exceto a produção acadêmica dela decorrente.

Rubrica do participante

Rubrica do pesquisador

Os/as participantes da pesquisa não terão quaisquer despesas ou danos em decorrência de sua participação, apenas o investimento de parte de seu tempo na resposta do questionário.

Riscos relacionados com a participação nesta pesquisa: Não envolverá quaisquer riscos significativos ao/a participante, além da expressão da sua opinião.

No entanto, caso sinta desconfortável em responder alguma questão, não será obrigada/o a responder o questionário, podendo recusar a participação na pesquisa a qualquer momento sem prejuízo, sanções ou constrangimentos.

Em caso de gastos decorrentes da participação na pesquisa, a pessoa pela qual você é responsável será ressarcida. Em caso de eventuais danos decorrentes da participação na pesquisa, o/a participante será indenizado/a.

Os resultados desta pesquisa serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e no formato de dissertação/tese.

Em caso de dúvidas, interesse ou necessite saber sobre os resultados da pesquisa, você poderá contatar esta pesquisadora, Janete Andrade de Lima, no celular (67) 99159-2741 ou pelo e-mail janete.lima@ifms.edu.br.

Este termo é redigido em duas vias, sendo uma do responsável pelo participante da pesquisa e outra do pesquisador.

Para perguntas sobre seus direitos como participante nesta pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa localizado no Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, prédio das Pró-Reitorias 'Hércules Maymone' – 1º andar, CEP: 79070900. Campo Grande – MS. e-mail: cepconep.propp@ufms.br; telefone: 67-3345-7187; atendimento ao público: 07:30-11:30 no período matutino e das 13:30 às 17:30 no período vespertino.

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719 -040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h

CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) - está diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). A composição multi e transdisciplinar reúne representantes de diferentes áreas do conhecimento para cumprir sua principal atribuição, que é a avaliação dos aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil. É a instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos.

[] Marque esta opção se você concorda que durante a participação nesta pesquisa da pessoa pela qual você é responsável seja realizada gravação em áudio e/ou vídeo e registro fotográfico para utilização na pesquisa.

[] Marque esta opção se você não concorda que durante a participação nesta pesquisa da pessoa pela qual você é responsável seja realizada gravação em áudio e/ou vídeo e registro fotográfico para utilização na pesquisa.

Nome e assinatura do pesquisador

_____, _____ de _____ de _____
Local e data

Nome e assinatura do responsável pelo participante da pesquisa
CPF: _____

_____, _____ de _____ de _____
Local e data

Anexo 3: Parecer consubstanciado CONEP

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA		
PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa: PERMANÊNCIA E FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES INDÍGENAS NOS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL/ CAMPUS AQUIDAUANA		
Pesquisador: Janete Andrade de Lima		
Área Temática: Estudos com populações indígenas;		
Versão: 4		
CAAE: 58756222.3.0000.0021		
Instituição Proponente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS		
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio		
DADOS DO PARECER		
Número do Parecer: 5.854.844		
Apresentação do Projeto:		
As informações contidas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram obtidas dos documentos contendo as Informações Básicas sobre o Projeto de Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1907846.pdf de 13/12/2022) e do Projeto Detalhado.		
RESUMO		
Este trabalho tem como objetivo compreender e demonstrar a permanência dos/das estudantes indígenas nos cursos de ensino médio integrado do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) – Campus Aquidauana. Com a implantação do IFMS/ AQ, as formas de acesso à educação profissional para comunidade desta região foram significativas, sendo Aquidauana uma região constituída por diversas comunidades indígenas, a instituição tem recebido estudantes destas comunidades. Desta forma a pesquisa que se encontra em andamento e na fase inicial se propõe a realizar um levantamento, leitura e estudo de obras bibliográficas sobre o tema produzidos no Brasil, no estado e no município de Aquidauana, serão elaborados e aplicados questionários semiestruturados e entrevistas para os/as estudantes indígenas no intuito de levantar as experiências como estudantes do IFMS. Considerando que o acesso à educação tem sido garantido aos/às estudantes indígenas é de fundamental importância compreender os		
Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar		
Bairro: Asa Norte	Município: BRASÍLIA	CEP: 70.719-040
UF: DF		
Telefone: (61)3315-5877		E-mail: conep@saude.gov.br

**COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA**

Continuação do Parecer 5.854.844

contextos vivenciados pelos estudantes indígenas para a sua permanência e formação na instituição. Entende-se que é preciso uma proposta diferenciada que quebre com os paradigmas da escola pública regular para que de fato ocorra uma formação integral e inclusiva, sendo esta proposta condizente com os interesses dos/das estudantes indígenas, levando em consideração sua cultura e seu espaço se faz necessário uma parceria e levantamento junto aos/às estudantes indígenas quanto aos contextos vivenciados por eles em seu processo de formação nos Cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul.

HIPÓTESE

A proposta em questão trata-se de pesquisa qualitativa, portanto, não utilizará de Hipótese.

METODOLOGIA

A pesquisa tem como objeto de estudo a permanência e formação dos estudantes indígenas do IFMS/ campus Aquidauana, para tanto o objetivo é compreender e demonstrar a permanência destes estudantes nos cursos de ensino médio integrado do IFMS/ campus Aquidauana. Desta forma, foi realizado levantamento e leitura das obras bibliográficas relacionadas ao contexto social, histórico e educacional da população indígena da região de Aquidauana pelo Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto - Oasisbr que permite o acesso aos trabalhos publicados no banco de dados das universidades, dos institutos de pesquisas brasileiros, da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Será realizado um levantamento das regulamentações legais vigentes que abarcam o tema da inclusão de alunos indígenas na rede pública de ensino, bem como quanto às especificidades do ensino integrado de nível médio pelos IF's. Por ser uma pesquisa que envolverá seres humanos, será submetida no CEP/UFMS por meio da Plataforma Brasil para análise, sugestões e/ou correções e aprovação. Serão elaborados e aplicados questionários semiestruturados e entrevistas para os (as) estudantes indígenas. Serão aproximadamente 25 estudantes indígenas, de ambos os sexos, com idade inferior e/ ou superior a 18 anos, que estejam em curso, que participarão desta etapa de entrevistas e questionário, serão atendidos em um espaço dentro do IFMS. O questionário poderá ser realizado pela plataforma do google forms, pois podemos utilizar os laboratórios dentro do IFMS para que tenham acesso ao computador e à internet, porém se não for possível a utilização dos computadores, faremos questionários impressos. As entrevistas também acontecerão dentro do IFMS. Poderão optar em responder somente o questionário e/ ou a entrevista ou vice-versa e se

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PD 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.854.844

não quiserem responder nenhum ou outro serão respeitados quanto a sua decisão. Pretende-se questionar os/as estudantes a respeito de suas experiências como alunos/as do IFMS, elencando os contextos vivenciados em seu processo de formação. Para isso, será perguntado questões para levantamento de dados qualitativos quanto a identidade dos sujeitos e às razões conscientes baseada nas experiências de vida de cada indivíduo. São questões formuladas com o objetivo de entender o grupo pesquisado inserido no contexto desta pesquisa, neste projeto: a permanência dos estudantes indígenas nos cursos de ensino médio integrado do IFMS/ campus Aquidauana. Para identificação dos estudantes indígenas faremos uma busca no Sistema Acadêmico do IFMS e no Questionário socioeconômico por turma para verificarmos a situação de matrícula no sistema, posteriormente faremos o contato com os (as) estudantes indígenas, que estiverem com a situação de matrícula "em curso" por telefone ou pessoalmente no próprio campus do IFMS. Conforme informamos, o fator de inclusão para os entrevistados serão os (as) estudantes indígenas com idade inferior e/ou superior a 18 anos, que estejam "em curso" no ensino médio integrado do IFMS, campus Aquidauana. Serão excluídos da pesquisa os (as) estudantes indígenas com idade inferior e/ou superior a 18 anos, que não estejam "em curso" no ensino médio integrado do IFMS, isto é, os evadidos, desistentes ou que perderam o vínculo. Os (as) estudantes serão inicialmente informados sobre o objetivo do questionário e a importância desses dados para identificarmos os fatores internos ou externos que contribuem para sua permanência. Portanto, esclareceremos aos estudantes que a participação não será obrigatória, será garantido o anonimato do entrevistado e que caso o estudante se sinta desconfortável com alguma pergunta poderá cancelar o preenchimento, assim como sua participação na pesquisa.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Os (as) estudantes indígenas com idade inferior e/ou superior a 18 anos, que estejam "em curso" no ensino médio integrado do IFMS/Campus Aquidauana.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Os (as) estudantes indígenas com idade inferior e/ou superior a 18 anos, que não estejam "em curso" no ensino médio integrado do IFMS/Campus Aquidauana, isto é, os evadidos, desistentes ou sem vínculo.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO

Compreender e demonstrar a permanência dos/das estudantes indígenas nos cursos de ensino

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.854.844

médio integrado do IFMS/ campus Aquidauana.

OBJETIVO SECUNDÁRIO

Compreender e demonstrar a permanência dos/das estudantes indígenas nos cursos de ensino médio integrado do IFMS/ campus Aquidauana.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

Não envolverá quaisquer riscos significativos ao/a participante, além da expressão da sua opinião. No entanto, caso sinta desconfortável em responder alguma questão, não será obrigada/o a responder o questionário, podendo recusar a participação na pesquisa a qualquer momento sem prejuízo, sanções ou constrangimentos.

BENEFÍCIOS

Não terá benefícios pessoais diretos ao participar da pesquisa, porém contribuirá para compreendermos a permanência dos/das estudantes indígenas nos cursos de ensino médio integrado do IFMS, assim como identificarmos os contextos vivenciados por eles/elas em seu processo de formação, para realização de novas pesquisas sobre o tema e para a sociedade em geral. O pesquisador não terá nenhum benefício pessoal/financeiro com esta pesquisa, exceto a produção acadêmica dela decorrente. Os/as participantes da pesquisa não terão quaisquer despesas ou danos em decorrência de sua participação, apenas o investimento de parte de seu tempo na resposta do questionário.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta desta pesquisa é de compreender e demonstrar a permanência dos estudantes indígenas nos cursos de ensino médio integrado do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) – Campus Aquidauana. Realizando um levantamento, leitura e estudo de obras bibliográficas, serão elaborados e aplicados questionários e entrevistas para aproximadamente 25 estudantes indígenas de ambos os sexos, com idade inferior e/ou superior a 18 anos, que estejam "em curso" no ensino médio integrado do IFMS, no intuito de levantar as suas experiências e sobre o processo de formação de seus estudos dentro da instituição. A forma das perguntas do questionário será mista para aquelas que tratam de perguntas objetivas e outras serão abertas evitando, assim, limitar as respostas dos envolvidos. Considerando que o acesso à educação tem sido garantido aos estudantes indígenas é de fundamental importância compreender os contextos vivenciados pelos estudantes indígenas para a

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Ass Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.854.844

sua permanência e formação na instituição.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Análise das respostas ao Parecer Consubstanciado nº 5.735.005 emitido pela Conep em 06/11/2022.

1. Quanto aos registros de consentimento livre e esclarecido, referentes aos arquivos "TCLE1.pdf", submetido em 24/07/2022, e "TCLE.pdf", submetido em 23/07/2022:

1.1. No documento lê-se: "Conforme Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 do CNS – MS.". Considerando que é um projeto cuja metodologia utilizada é de Ciências Humanas e Sociais, recomenda-se estar em conformidade com a Resolução CNS nº 510 de 2016 (Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais) e a Resolução CNS nº 304 de 2000 (Pesquisa com População Indígena), especialmente nas declarações e no Registro do Consentimento Livre e Esclarecido (quando houver). Solicita-se adequação.

RESPOSTA: o texto foi ajustado no documento conforme solicitado.

Onde lia-se: "Conforme Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 do CNS – MS."

Lê-se: Conforme Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 do CNS – MS. Conforme Resolução CNS nº 510 de 2016. Conforme Resolução CNS nº 304 de 2000.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

1.2. Solicita-se, para melhor informar o participante de pesquisa, que seja incluída no documento uma breve descrição do que é a Conep, qual sua função no estudo, e seu horário de funcionamento para atendimento ao público, conforme Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, inciso IX [Comissão Nacional de Ética em Pesquisa: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h].

RESPOSTA: a descrição foi incluída no documento, como solicitado, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h

CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) - está diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). A composição multi e transdisciplinar reúne representantes de diferentes áreas do

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.854.844

conhecimento para cumprir sua principal atribuição, que é a avaliação dos aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil. É a instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

1.3. De forma a garantir sua integridade, o documento deve apresentar a numeração das páginas, recomendando-se ainda que essa seja inserida de forma a indicar, também, o número total de páginas, por exemplo: 1 de 2, 2 de 2, por exemplo. Solicita-se adequação.

RESPOSTA: a numeração foi inserida nas páginas, conforme solicitado.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Considerações Finais a critério da CONEP:

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Protocolo aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1907846.pdf	13/12/2022 01:31:25		Aceito
Outros	Cartaresposta.docx	13/12/2022 01:31:07	Janete Andrade de Lima	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2.docx	13/12/2022 01:30:43	Janete Andrade de Lima	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	13/12/2022 01:30:34	Janete Andrade de Lima	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE3.docx	13/12/2022 01:30:24	Janete Andrade de Lima	Aceito

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.854.844

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE1.docx	13/12/2022 01:30:12	Janete Andrade de Lima	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	BROCHURA.pdf	24/07/2022 00:06:24	Janete Andrade de Lima	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	23/07/2022 23:59:58	Janete Andrade de Lima	Aceito
Outros	Cartaresposta.pdf	23/07/2022 23:45:55	Janete Andrade de Lima	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	23/07/2022 23:40:52	Janete Andrade de Lima	Aceito
Outros	bancodedados.pdf	21/07/2022 00:36:53	Janete Andrade de Lima	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_5528855.pdf	21/07/2022 00:32:19	Janete Andrade de Lima	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA.pdf	03/05/2022 23:55:35	Janete Andrade de Lima	Aceito
Orçamento	Orcamento.docx	03/05/2022 23:52:10	Janete Andrade de Lima	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao.pdf	03/05/2022 23:45:32	Janete Andrade de Lima	Aceito
Outros	Outros.docx	03/05/2022 23:42:48	Janete Andrade de Lima	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

BRASILIA, 26 de Janeiro de 2023

Assinado por:
Lais Alves de Souza Bonilha
(Coordenador(a))

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br